

## EDITORIAL

O Curso de Economia da FAE Centro Universitário expõe o periódico eletrônico mensal *Vitrine da Conjuntura*, referente a dezembro de 2018. O último número do ano traz quatro artigos que abordam a situação da economia e política do país, além das seções fixas do Panorama Econômico e Indicadores.

O primeiro texto descreve a evolução do produto interno bruto (PIB) brasileiro ao longo de 2018, destacando a formação de um embrião de recuperação dos níveis de atividade, após a definição do ciclo eleitoral.

A segunda incursão avalia as chances de desmanche da “lua de mel” vivida entre o pré-governo Bolsonaro e os agentes sociais, em caso de não ocorrência de deflagração rápida de um consistente bloco de reformas estruturais, por parte do novo mandatário da nação, a partir de janeiro de 2019.

A terceira contribuição ressalta a necessidade de a gestão Bolsonaro perseguir a consolidação e alargamento de alguns avanços econômicos promovidos pela administração do presidente Michel Temer.

Por fim, a quarta reflexão analisa as providências a serem adotadas para a restauração contemporânea das atribuições de agência de fomento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Ótima leitura a todos.

Boas festas.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

## RESPIRAÇÃO SEM APARELHOS DO PIB BRASILEIRO

*Gilmar Mendes Lourenço*

Ao crescer 0,8% no terceiro trimestre de 2018, em relação ao período imediatamente antecedente, o produto interno bruto (PIB) brasileiro registrou acréscimo de 1,1% no ano e 1,4% em doze meses encerrados em setembro, de acordo com estimativas do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado acumulado até setembro esteve ancorado na variação verificada em serviços (1,4%) e indústria (0,9%), sendo que a agropecuária amargou retração de 0,3%. A expansão de serviços foi puxada por atividades imobiliárias (3,0%), comércio (2,8%) e transporte, armazenagem e correio (2,3%). No setor industrial, a categoria de transformação experimentou acréscimo de 2,3% e eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos contabilizaram incremento de 1,5%, enquanto o ramo extrativo ficou estagnado e a construção civil encolheu 2,6%.

Pela ótica da demanda agregada, consumo das famílias e do governo avançaram 2,0% e 0,3%, respectivamente, em paralelo a subida de 4,5% da formação bruta de capital fixo, o que fez a taxa de investimento ascender a 16,9% do PIB, o maior patamar desde o 4º trimestre de 2009, apesar de incorporar a importação de plataformas de exploração de petróleo já empregadas país. Não obstante, nota-se a sinalização de um curso de revigoração represado pelas enormes margens de ociosidade de capacidade produtiva da época recessiva.

A melhor performance do consumo privado, que elevou-se 4,2% desde o princípio da reativação, em abril de 2017, reproduz a conjugação entre tênue reativação do mercado de trabalho e diminuição do endividamento e inadimplência da população. Já o comportamento modesto das compras governamentais atesta os gigantescos problemas fiscais vivenciados pelas diferentes instâncias da administração pública.

No front externo, as importações experimentaram aumento de 9,4% e as exportações sofreram ampliação de apenas 1,5%, afetadas negativamente pelo delineamento da conjuntura de desaceleração da economia global, motivada pela combinação entre elevação dos juros nos Estados Unidos (EUA) – voltada à contenção das pressões inflacionárias derivadas da proximidade do pleno emprego - e a guerra comercial travada entre as duas maiores economias do planeta.

Como se vê, no caso brasileiro, trata-se de discreta recuperação cíclica, iniciada em abril de 2017, em resposta à orientação econômica “feijão com o arroz”, adotada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), do governo Temer, centrada em uma sucessão de cortes da taxa de Selic associada à estabilidade inflacionária, explicada pela expressiva ampliação da oferta agrícola e a pronunciada retração da demanda doméstica, por conta da mais extensa recessão da história da república, derivada do desastre da política econômica adotada pela dupla Lula e Dilma desde fins de 2008.

A marcha de reativação foi interrompida, ou na melhor das hipóteses retardada, com o forte abalo da confiança dos agentes, provocado pelo vazamento, em maio de 2017, de áudios comprometedores da postura ética do mandatário do país e a pronta “negociação suja” com o legislativo para arquivamento de dois processos encaminhados pela Procuradoria da Geral da República (PGR), visando à obtenção de autorização daquela casa para investigação do presidente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por corrupção passiva, organização criminosa e obstrução de justiça.

Tanto é assim que o PIB nacional cresceu apenas 0,4% entre julho e setembro de 2017 e 0,2% nos três trimestres subsequentes, comprimindo a base de comparação e retratando situação de acentuada perda de ritmo dos negócios, episódio normal em estágios de superação de profundas e prolongadas contrações dos níveis de atividade, agravado pela mistura indigesta entre os impactos da greve dos caminhoneiros, ocorrida em fins de maio de 2018, e as flutuações subjacentes ao ambiente político.

A saída da condição de letargia e a respiração sem aparelhos da ainda combatida economia brasileira, denotada no último trimestre, pode ser imputada à renovação das expectativas positivas, produzida pela evolução e definição do quadro eleitoral que, ao permitir a minimização

*A saída da condição de letargia e a respiração sem aparelhos da ainda combatida economia brasileira pode ser imputada à renovação das expectativas positivas, produzida pela evolução e definição do quadro eleitoral.*

das incertezas e a observação, mesmo que de forma turva, da montagem de uma agenda econômica não intervencionista, destituída de artificialismos populistas, propiciou a renovação das esperanças dos atores na transformação do clima de reativação tímida em firme e segura retomada expansiva.

Até porque, ao acumular acréscimo de 3,3% desde abril de 2017, o PIB situa-se 5,0% abaixo do pico, verificado no primeiro trimestre de 2014, e em idêntico patamar do aferido no primeiro semestre de 2012.

A concretização do desejo coletivo virtuoso depende, de um lado, dos humores da economia internacional, variável que escapa do controle das autoridades internas, e, de outro, da rápida e adequada utilização do capital político, conquistado pelo novo chefe de estado, para encaminhamento e implantação das reformas institucionais dirigidas à restauração das bases do equilíbrio financeiro do setor público e competitividade microeconômica.

## A LUA DE MEL DO PRÉ-GOVERNO BOLSONARO

*Gilmar Mendes Lourenço*

A diminuição das incertezas com o desfecho do ciclo eleitoral e a sinalização inicial, emitida pelo futuro presidente da república, centrada na manifestação de intenção de simplificação da máquina oficial e articulação para a aprovação de parcela da reforma da previdência, ainda no corrente ano, oportunizaram apreciável enfraquecimento da percepção de risco de calote da dívida soberana brasileira, por parte da comunidade financeira internacional, incluindo investidores e credores.

Mais precisamente, a dimensão dos credit default swaps (CDS), de cinco anos, caiu de 307 pontos, no começo de setembro de 2018, para os 195 pontos atuais, episódio determinado pela conjugação entre revalorização do real, apreciação dos papéis do mercado acionário e declínio dos juros dos ativos negociados em médio e longo termo.

Em marcha análoga, a graduação dos títulos soberanos lançados pelo Brasil, expressos pelo Emerging Markets Bond Index (Embi), levantado diariamente pela instituição financeira global JP Morgan, recuou de 350 pontos para 248 pontos, praticamente no mesmo intervalo, o que significou decréscimo de pagamento de seguro de 3,50% para 2,48% acima dos juros anuais pagos por títulos do tesouro norte-americano de igual prazo.

Contudo, o curto espaço temporal observado na identificação de reversão da situação desfavorável dos indicadores sugere cautela nas avaliações e prognósticos triunfalistas. Até porque, convém registrar que os CDS situavam-se em menos de 142 pontos, em janeiro de 2018, em virtude das perspectivas promissoras para as vendas externas do país, por conta da recuperação da competitividade cambial, e da retomada, embora lenta, da demanda interna, associada à reação do mercado de trabalho.

Seria ocioso destacar que aqueles embriões de cenários virtuosos foram derrubados pela multiplicação das turbulências políticas - notadamente com os desdobramentos da condenação, em segunda instância, por crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, do ex-presidente Lula -; e a interrupção da trajetória de cortes dos juros primários pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), que identificou, de maneira equivocada, indícios de desaceleração da expansão da economia mundial, quase generalizada e por quase uma década.

Decerto que houve também o peso da paralisação do transporte rodoviário de cargas, conhecida como greve dos caminhoneiros, no final de maio de 2018, que ocasionou, entre outros transtornos, a descontinuidade do funcionamento de inúmeras cadeias de produção e abastecimento e o salto do patamar inflacionário ao consumidor de menos de 3,0% ao ano para 4,5% a.a.

*Parece razoável supor discreto desenho de um quadro menos inóspito para os papéis brasileiros no front externo.*

Ainda assim, parece razoável supor discreto desenho de um quadro menos inóspito para os papéis brasileiros no front externo e, principalmente, a formação de condições propícias à contração dos custos de captação de recursos pelas corporações e do próprio governo brasileiro.

A consolidação da rota cadente do risco país e a subida da nota de crédito do passivo da nação, conferida pelas três principais agências de rating globais – Fitch, Moody's e Standard & Poor's -, na direção da restauração do grau de investimento (que denota ausência de risco de calote) – depende, crucialmente, das iniciativas de orientação macroeconômica do novo governo, especialmente quanto ao abrandamento e zeragem do brutal desequilíbrio das contas públicas.

Apenas em caráter de ilustração, de acordo com estatísticas do BC, em doze meses encerrados em outubro de 2018, déficit, dívida líquida e bruta (união, estados, municípios e INSS) do setor público chegaram, respectivamente, 6,8% do produto interno bruto (PIB), 53,3% do PIB e 76,5% do PIB.

O fechamento dos ralos de escoamento dos recursos extraídos compulsoriamente dos agentes produtivos (empresas não financeiras e consumidores) pelas das instâncias governamentais, na forma de carga tributária estimada em 33,0% do PIB, e a estabilização e descida da relação dívida/PIB impõe a utilização do capital político do poder executivo na negociação do complexo conjunto de reformas institucionais com o congresso nacional.

A insistência na feitura de rápida “meia sola” no aparato previdenciário constituiu somente a tentativa de realizar uma breve apresentação para a plateia. Não bastasse a inclinação imediatista, abandonada por sinal, é preciso considerar que tanto a gestão Temer quanto o atual legislativo não dispõe de qualquer resquício de prestígio ou mesmo aceitação popular para incursões mais arrojadas.

Na melhor das hipóteses, a transição, já em fase final, deverá ensejar a organização do palco para o espetáculo de devolução da funcionalidade e equilíbrio financeiro ao estado brasileiro e resgate da eficiência da microeconomia, a ser produzido a partir de janeiro de 2019. Em não sendo isso feito, a lua de mel acaba.

## GOVERNO BOLSONARO: HERANÇA BENDITA E DESAFIOS

*Gilmar Mendes Lourenço*

Com a escolha de Jair Bolsonaro para conduzir os destinos políticos do país, a partir de 1º de janeiro de 2019, a sociedade brasileira expressou não apenas sentimentos de repúdio à multiplicação das práticas de assalto ao erário, incluindo haveres orçamentários e caixa das estatais, por parte da aliança hegemônica de poder liderada pelo partido dos trabalhadores (PT) desde 2003.

Houve também a manifestação de uma vontade de mudança, acompanhada de pronunciada renovação, marcada pela troca do populismo redistributivista, dotado de diminuto apego à saúde financeira do estado, por inclinação à direita, centrada na proposta de aplicação de uma agenda liberal, por um chefe de estado com vocação corporativista, para a criação de condições à recuperação da capacidade de expansão econômica sustentada em médio prazo.

O êxito de tal empreitada depende da consolidação de algumas incursões supreendentemente corretas, definidas durante o governo que termina em 31 de dezembro de 2018, e da remoção de um bloco de barreiras nada desprezíveis, pela equipe do novo mandatário, em especial aquelas relacionadas à deterioração das finanças públicas e do investimento.

Os elementos edificados na administração Temer, interpretados como herança bendita, repousam, no front conjuntural, na combinação entre controle da inflação e queda dos juros, consequência, em grande medida, da persistência do quadro de estagnação dos negócios e discreta reação do mercado de trabalho.

Mais precisamente, apesar dos efeitos da greve dos caminhoneiros, acontecida em maio de 2018, e a pressão exercida pelos preços dos itens monitorados (combustíveis, energia e transportes de passageiros), o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), do IBGE, deve fechar o corrente ano em 4,5%, o que representa o centro da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e monitorada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC).

Nessa perspectiva, os juros Selic deverão permanecer em 6,5% ao ano, o menor patamar da história, a despeito dos sinais preocupantes emitidos pela economia global, cuja solidez vem, por enquanto, assegurando a minimização da vulnerabilidade externa brasileira, apoiada no acréscimo dos volumes de exportações, investimentos estrangeiros diretos e reservas cambiais.

Do lado estrutural, os aprimoramentos oriundos do esforço de Temer podem ser identificados na flexibilização da legislação trabalhista, revisão das normas de concessões de obras e serviços públicos, lei das terceirizações, fixação do teto constitucional para a evolução dos dispêndios públicos, lei de responsabilidade das empresas estatais, reforma no ensino médio e marco regulatório do petróleo.

Contudo, o céu de brigadeiro pode dar lugar ao aparecimento de nuvens negras com a crise Turca e Argentina, a guerra comercial deflagrada pelo governo dos Estados Unidos (EUA) contra a China e a inevitabilidade de contenção, via juros, dos desdobramentos inflacionários derivados da operação a pleno emprego da maior economia do planeta.

De seu turno, depois de fechar quase 2,9 milhões de vagas com carteira assinada, entre 2015 e 2017, o mercado de trabalho da nação produziu 790,5 mil postos líquidos, entre janeiro e outubro de 2018, puxado pelos setores de serviços, indústria de transformação, construção civil e agropecuária, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. Além disso, a taxa de desemprego, calculada pela PNAD Contínua, do IBGE, recuou de 13,1% da população economicamente ativa (PEA), no 1º trimestre de 2018, para 11,7% da PEA, no intervalo compreendido entre agosto e outubro do mesmo exercício.

Ainda assim, a desocupação continua enorme no Brasil. São 12,4 milhões de pessoas sem emprego a procura de trabalho, ou 27,2 milhões se incluída a subutilização e o desalento. O pior é que parcela relevante da diminuição do desemprego é explicada pela ampliação da labuta precária nas atividades por conta própria (655 mil pessoas em um ano). Não por acaso, o rendimento médio real (com a retirada da corrosão provocada pela inflação) dos trabalhadores ocupados diminuiu 1,2% em relação ao começo do ano.

*A virada do jogo requer  
ataque corajoso ao  
déficit fiscal e financeiro  
e ao endividamento  
das instâncias  
governamentais.*

Daí que, a virada do jogo requer ataque corajoso ao déficit fiscal e financeiro e ao endividamento das instâncias governamentais, maximizados pelo buraco previdenciário e virtual falência de grande parte dos entes subnacionais e as subsequentes e inconvenientes ações de socorro promovidas pela União.

A esse respeito, estudo da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) constatou a intensificação da fragilização dos resultados da contabilidade primária dos governos regionais a partir de 2013, a ponto de quatorze deles (abarcando o Distrito Federal) terem ultrapassado, em 2017, o teto de 60,0% da receita corrente líquida para a cobertura dos gastos com a folha de servidores (ativos e inativos) dos três poderes, previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o que justifica a pauperização dos serviços prestados à população.

Estatísticas do BC mostram agravamento da situação entre janeiro e outubro de 2018. Na verdade, apesar do programa paliativo, definido pela União em 2016, que conferiu fôlego financeiro adicional à cobertura dos buracos orçamentários das administrações estaduais, parece lícito admitir a conformação de quadros de moratórias disfarçadas, materializadas no atraso do pagamento dos salários dos servidores e dos fornecedores.

Sem contar os efeitos das estripulias recentes, realizadas pelo parlamento nacional, materializadas em despesas adicionais com as benesses fiscais ao segmento automotivo, batizadas de Rota 2030, e a majoração de 16,38% dos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), e os respectivos impactos em cascata, nos escalões inferiores da hierarquia da instituição e nos demais níveis federal e estadual.

Por essa ordem de desafios, chama atenção a ausência de apresentação de um plano articulado do futuro governo, contendo o detalhamento do bloco de reformas institucionais - em lugar da proliferação de intenções e proposições isoladas e, não poucas vezes, desprovidas de clareza -, para encaminhamento e discussão com o legislativo eleito, conduta absolutamente essencial para preservação e reforço do clima de expectativas favoráveis ensejado com o desfecho da contenda eleitoral.

## **BOLSONARO E O INEVITÁVEL AJUSTE DO BNDES**

*Gilmar Mendes Lourenço*

A designação do doutor em economia pela Universidade de Chicago, Joaquim Levy, para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no governo Bolsonaro, sinaliza a provável restauração contemporânea do papel histórico exercido pela agência de fomento e o despojamento de seu uso como instrumento de aventuras ancoradas na retórica de um ativismo nacionalista e oportunista, escondido em uma espécie de depósito, trancado a sete chaves e carente de transparência e impessoalidade.

Lembre-se de que a instituição foi criada em 1952, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, com o propósito de assegurar cobertura financeira a projetos de infraestrutura e empreendimentos industriais necessários a produção de um choque de desenvolvimento no País, o que veio a ocorrer no transcorrer da implementação do Plano Metas de Metas, de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1960, e ser adensado com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de Geisel, no intervalo 1975-1979.

Levy ostenta participação técnica qualificada em diferentes estágios do poder executivo federal brasileiro, começando nos ministérios da fazenda e planejamento, na administração de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no biênio 2000-2001, passando pela secretaria do tesouro sob Lula, entre 2003 e 2006, e chegando a titular da pasta da fazenda, no princípio do segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2015.

Nessa última incursão teve o ensejo de realinhar a estrutura de preços relativos, mediante a aplicação de um choque tarifário e cambial, depois do represamento de quatro anos, e fracassar na realização do ajuste fiscal, por conta das múltiplas resistências políticas esboçadas no congresso nacional e no interior do próprio governo.

O futuro chairman do BNDES também ocupou funções importantes no Banco Central Europeu e Bradesco e outras ainda mais relevantes em instâncias multilaterais, como a de vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e diretor financeiro do Banco Mundial (BIRD).

O eixo central do Banco sob o comando de Levy repousará em iniciativas voltadas à decisiva contribuição para a recuperação do equilíbrio estrutural das finanças públicas, desmanchado por incursões populistas patrocinadas pela dupla Lula e Dilma entre fins de 2008 e começo de 2016.

Mais especificamente, houve a injeção de mais de R\$ 500,0 bilhões no BNDES, por parte do tesouro nacional, apoiada em emissão de dívida pública, captada com o compromisso de pagamento de juros superiores à taxa Selic, e destinada a sustentar gigantescas operações de aportes de recursos a juros altamente subsidiados para grupos privados nacionais, batizados de “campões” e atuantes no mercado doméstico ou em “nações amigas do senhor”, que serviram na maioria das situações para irrigar, de maneira fraudulenta, campanhas eleitorais. Dentre os não poucos casos é destacável o financiamento, às escuras, da construção do porto de Mariel, em Cuba, pela empreiteira Odebrecht.

A devolução de tais cifras ao tesouro é fundamental tanto ao funcionamento do banco, embasado em regras microeconômicas, quanto à diminuição do endividamento bruto da esfera pública que, ao ultrapassar R\$ 5,0 trilhões e aproximar-se de 80,0% do produto interno bruto (PIB), representa o principal óbice à retomada da capacidade de crescimento econômico de longo prazo da nação.

No que diz respeito à eliminação gradual dos subsídios creditícios, o atual staff do Banco Central (BC) deu apreciável colaboração ao organizar e viabilizar a permuta, desde fevereiro de 2018, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), definida a partir da meta de inflação acrescida de um prêmio de risco, pela Taxa de Longo Prazo (TLP), inferida pela evolução das remunerações reais pré-fixadas dos bônus da dívida pública mais a inflação.

De um lado, tal providência beneficiará os ingressos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que responde por 30,0% dos haveres da entidade e atende aos requisitos de provisão de programas sociais, como o seguro-desemprego, e de fornecimento de capital de terceiros para obras de infraestrutura.

De outro extremo, a nova posição incitará o aumento da presença de bancos privados em espaços de desembolsos ocupados pelo BNDES para negócios de grande dimensão e a abertura de flancos para as ações da agência em capital social básico e inovação, imprescindíveis para a minimização do custo Brasil e o encaixe empresarial nacional na quarta revolução industrial.



A imposição de decréscimo do passivo junto à União e a retração da demanda por crédito, associada à crise reinante por essas paragens desde 2014, provocou expressivo declínio das saídas dirigidas a empréstimos e financiamentos do banco que recuaram de R\$ 190,0 bilhões (3,3% do PIB), em 2014, para R\$ 40,0 bilhões (0,9% do PIB), no lapso janeiro-setembro de 2018.

*Urge o BNDES reassumir o protagonismo na preparação e execução da agenda de privatizações e vendas de ativos públicos.*

É igualmente oportuno argumentar a premência de o BNDES reassumir o protagonismo na preparação e execução da agenda de privatizações e vendas de ativos públicos, resgatando, à luz da realidade global e nacional, as experiências das estratégias levadas a cabo na década de 1990, focadas na redução da dívida, diminuição grau de intervenção, tamanho e complexidade e melhoria da produtividade do estado.

Estudo preparado pelo Observatório das Estatais, ente da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), revela que o Brasil possui mais corporações estatais do que qualquer um dos 36 países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as economias mais avançadas do mundo. Conforme o levantamento da FGV, a nação abriga 418 empresas controladas direta ou indiretamente pela União, Estados e municípios, o que, a julgar pela qualidade dos serviços prestados, não constitui motivo de orgulho para os contribuintes, penalizados pela imposição de excessivo fardo de tributos.

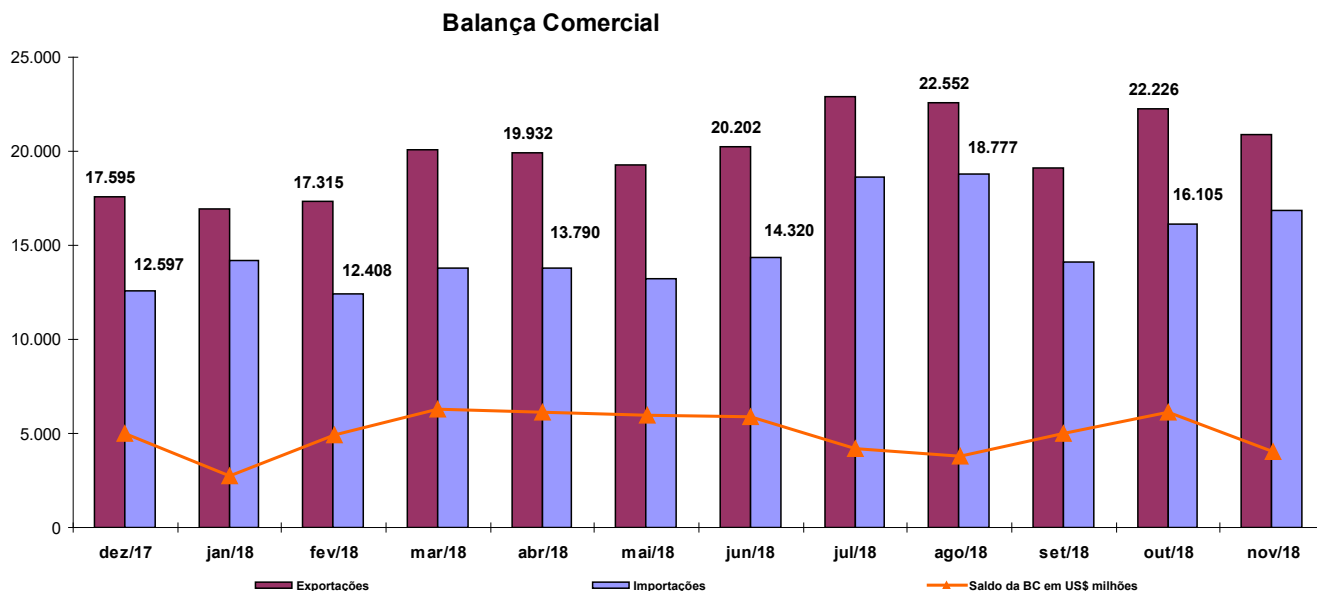
Enquanto os governos Collor e Itamar priorizaram a transferência de ativos públicos dos segmentos de insumos básicos (siderurgia, fertilizantes e petroquímica), a gestão FHC privilegiou as áreas de transporte, mineração e telecomunicações justamente devido ao atraso acumulado, de uma década e meia, nas inversões em infraestrutura, ocorrido por uma sucessão de fatores adversos, como a crise financeira internacional e a falência do Estado.

Nas circunstâncias presentes, urge a designação do rol de companhias públicas a serem repassadas, em especial as frações não estratégicas e/ou dotadas de diminuta capacidade competitiva, e das correspondentes regras “estáveis” de funcionamento dos mercados, acompanhadas da fixação de retornos compatíveis com o cálculo privado, que evitem a transformação de monopólios públicos em oligopólios privados, avessos à consolidação de padrões e estruturas concorrenciais.

Porém, antes disso afigura-se indispensável o encaminhamento da extinção de organizações marcadas por gestão e operação comprovadamente ineficientes, desvinculadas do interesse público e dependentes, permanentemente, de verbas que transitam nas peças orçamentárias, extraídas direta e indiretamente da população e destinadas exclusivamente à satisfação dos apetites de aparelhamento partidário e das ingerências de natureza política, verdadeiras senhas para a multiplicação de práticas de corrupção.

**Comércio Internacional.****Balança Comercial Mensal (Novembro/2018) – MDIC****Fato**

Em novembro, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 4,06 bilhões resultado de *exportações* de US\$ 20,92 bilhões e *importações* de US\$ 16,86 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 37,78 bilhões, no mês e US\$ 338,31 bilhões no ano. O *superávit comercial* acumulado no ano é de US\$ 51,70 bilhões.



Fonte: MDIC

**Causa**

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mesmo mês do ano anterior, as *exportações* apresentaram crescimento de 25,4% e as *importações* de 28,3%. Pelo mesmo critério, na comparação com outubro de 2018, houve avanço de 4,6% nas *exportações* e de 15,2% nas *importações*. No acumulado no ano, as *exportações* tiveram avanço de 9,4% sobre igual período de 2017 e as *importações*, 21,3%.

Em novembro de 2018, na comparação com igual mês do ano anterior houve avanço nas *exportações* de *básicos*, 40,1%, *manufaturados* 25,0% e *semimanufaturados*, 4,5%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Países Baixos, Argentina e Chile. Pelo mesmo critério de comparação, houve expansão de 170,2% nas importações de *bens de capital*, 15,7% nos *bens intermediários* e 12,6% nos *combustíveis e lubrificantes*. Por outro lado, ocorreu queda de 7,1% nas compras de *bens de consumo*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e México.

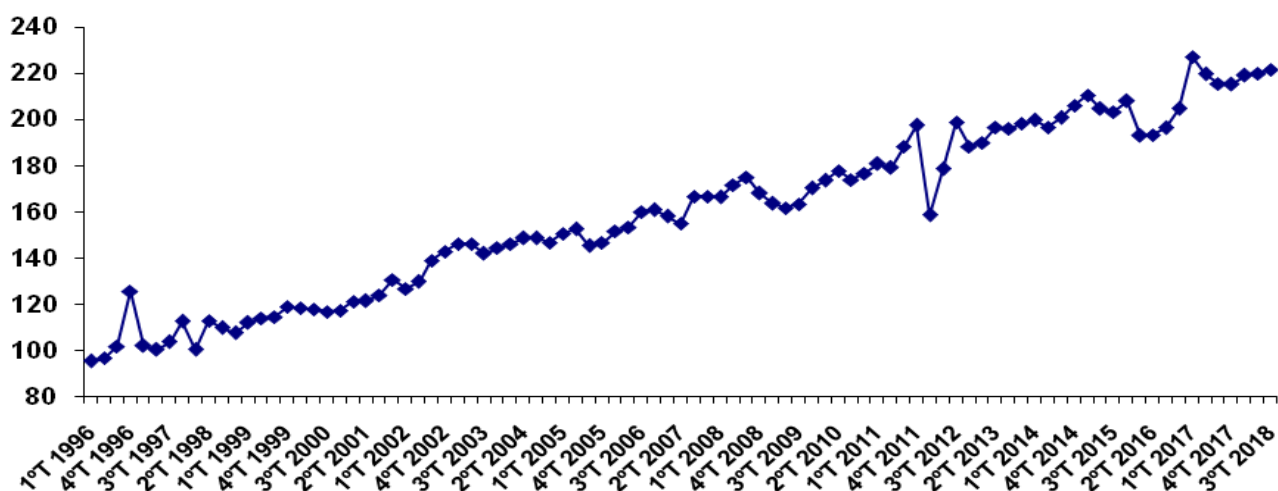
**Consequências**

Tanto as *exportações* como das *importações* seguem apresentando resultados superiores aos do ano anterior e o *saldo comercial* do ano deverá ser próximo a R\$ 56 bilhões.

**Atividade****PIB – Indicadores de Volume e Valores Correntes (3º Trimestre 2018) - IBGE.****Fato**

O *Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado* cresceu 0,8% no terceiro trimestre de 2018, frente ao segundo trimestre, chegando a R\$ 1,71 trilhão. Com relação ao terceiro trimestre de 2017, houve avanço de 1,3%, no acumulado dos últimos quatro trimestres, frente ao mesmo período do ano anterior o avanço foi de 1,4%.

## PIB pm - Volume Trim. (1995=100)



Fonte: IBGE - Índice Série encadeada do índice de volume trimestral com ajuste sazonal (Base: média 1995 = 100) (Número índice)

### Causa

Dentre os componentes da oferta, no terceiro trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, a Agropecuária teve crescimento de 0,7%, a Indústria, 0,4% e os Serviços 0,5%. Nas Atividades Industriais tiveram destaque a indústria de transformação, extrativas e construção, a única queda foi em eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos. Nos Serviços os todos os setores apresentaram resultados positivos, o maior crescimento foi em transporte, armazenagem e correio.

No confronto com o terceiro trimestre de 2017, a Agropecuária apresentou crescimento de 2,5%, entre os produtos que registraram desempenho favorável destacaram-se: café e algodão herbáceo. A Indústria avançou 0,8%, influenciada principalmente pela indústria de transformação. O setor de Serviços registrou crescimento de 1,2%, no qual tiveram maior evidência atividades imobiliárias.

Pela ótica das despesas, a Despesa de Consumo das Famílias cresceu 1,4%, a Formação Bruta de Capital Fixo teve variação positiva de 7,8% e o Consumo do Governo 0,3%. No setor externo as Exportações de Bens e Serviços cresceram 2,6% enquanto as Importações aumentaram 13,5%.

### Consequências

O resultado do PIB do terceiro trimestre reflete a recuperação da atividade econômica, sendo esperada a continuidade neste processo no quarto trimestre.

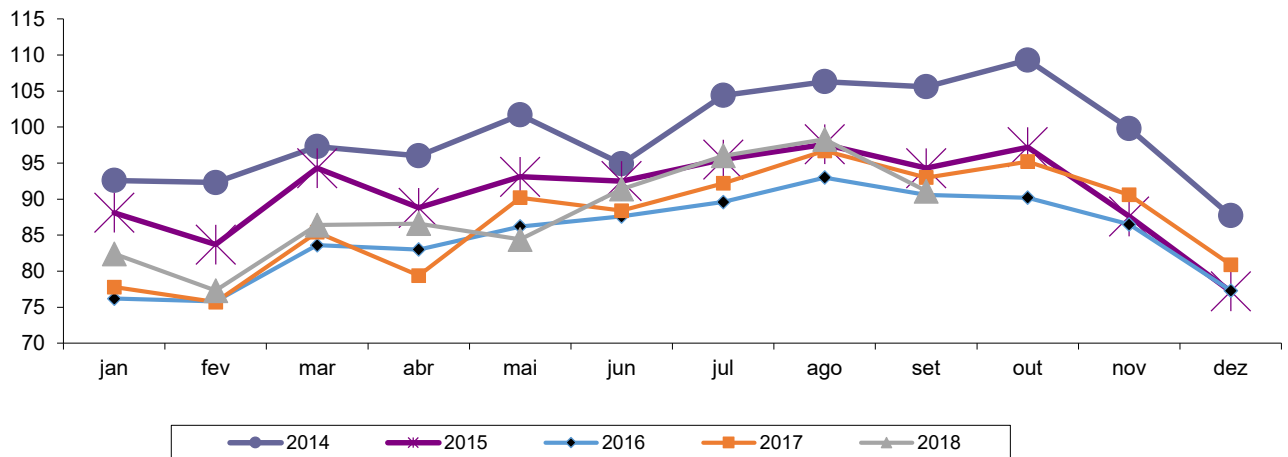
### Atividade

#### Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil (Setembro/2018)

### Fato

Em setembro, a Produção Industrial recuou 1,8% frente a agosto, terceira taxa negativa seguida, acumulando redução de 2,7% nesse período. Na comparação com setembro de 2017, o recuo foi de 2,0%, primeiro resultado negativo nesta comparação, após três altas consecutivas. Considerando o acumulado em doze meses, houve crescimento de 2,7%, e no acumulado do ano 1,9%.

## Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE

### Causa

Frente ao mês imediatamente anterior, considerando a classificação por *categorias de uso* o maior recuo foi na produção de *bens de consumo duráveis*, 5,5%, influenciada em grande parte, pela menor produção de automóveis. Os seguimentos de *bens de capital*, *bens intermediários* e *bens de consumo semiduráveis e não duráveis* tiveram queda de 1,3%, 1,0% e 0,7%, respectivamente.

Na comparação com setembro de 2017, entre as *categorias de uso*, os maiores recuos foram em *bens de consumo duráveis*, 4,5% e *bens intermediários*, 2,6%. O segmento de *bens de consumo semi e não-duráveis* também teve queda 1,4%. A única alta veio de *bens de capital*, 3,9%.

No resultado acumulado do ano, o maior dinamismo foi registrado em *bens de consumo duráveis*, 11,7%, seguido por *bens de capital*, 4,5%, pressionados, respectivamente pela maior produção *automóveis e eletrodomésticos da linha marrom*, na primeira, e *bens de capital para equipamentos de transporte* na segunda. A produção de *bens intermediários* avançou 1,0% e a de *bens de consumo semiduráveis e não duráveis* 0,1%.

### Consequência

Após lento início de recuperação, o segmento industrial volta a apresentar queda, apesar de nos valores acumulados, ainda estar em patamar positivo. Para os próximos meses, decorrente de *fatores sazonais*, a *Produção Industrial* não deverá apresentar variações muito intensas.

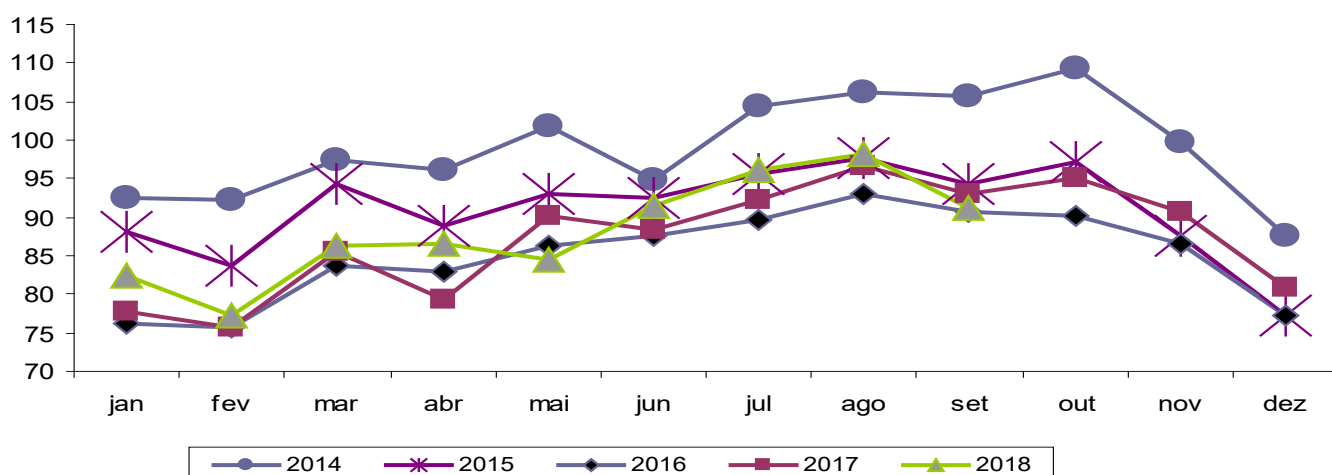
### Atividade

#### Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Setembro/2018) - IBGE

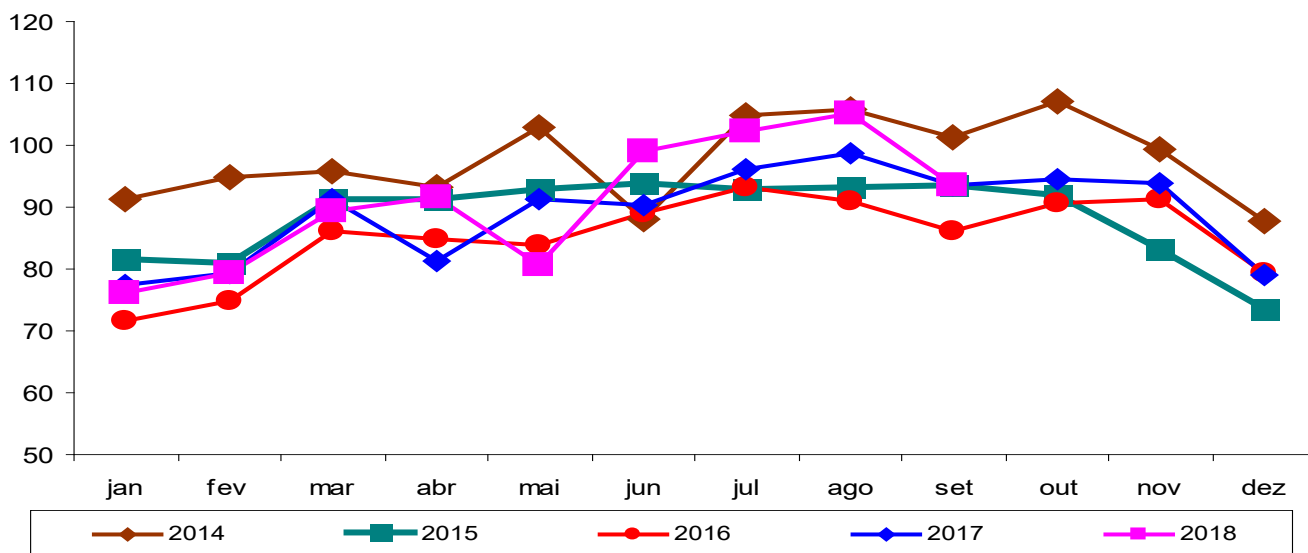
### Fato

Entre agosto e setembro de 2018, a *produção industrial* recuou em sete dos quinze locais pesquisados e na comparação com setembro de 2017, também sete das quinze regiões pesquisadas registraram variação negativa. No **Paraná** a *produção industrial* caiu 3,1% frente ao mês anterior. Na comparação com setembro de 2017 não houve variação, nos valores acumulados ocorreu crescimento de 2,2% no ano e 2,2% em doze meses.

### Produção Industrial BRASIL



### Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

#### Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram as maiores quedas foram: Amazonas, São Paulo, Bahia e **Paraná**. Por outro lado os avanços mais intensos foram no Ceará e Pará. Na comparação com setembro de 2017, os destaques negativos foram: Amazonas, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Os maiores avanços ocorreram em Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul.

No **Estado do Paraná**, na comparação com o mesmo mês no ano anterior das treze atividades pesquisadas nove registraram queda, sendo o maior impacto negativo em *produtos alimentícios*, 4,24%. Em sentido oposto o setor de *coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis* exerceu a influência positiva mais importante.

#### Consequência

Apesar da queda na comparação com o mês anterior, de forma similar ao que ocorre no cenário nacional a *indústria paranaense* segue apresentando lenta recuperação. Os próximos meses devem apresentar algum recuo condicionado principalmente por *questões sazonais*.

#### Atividade

**PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre --ago-set-out de 2018) – IBGE**

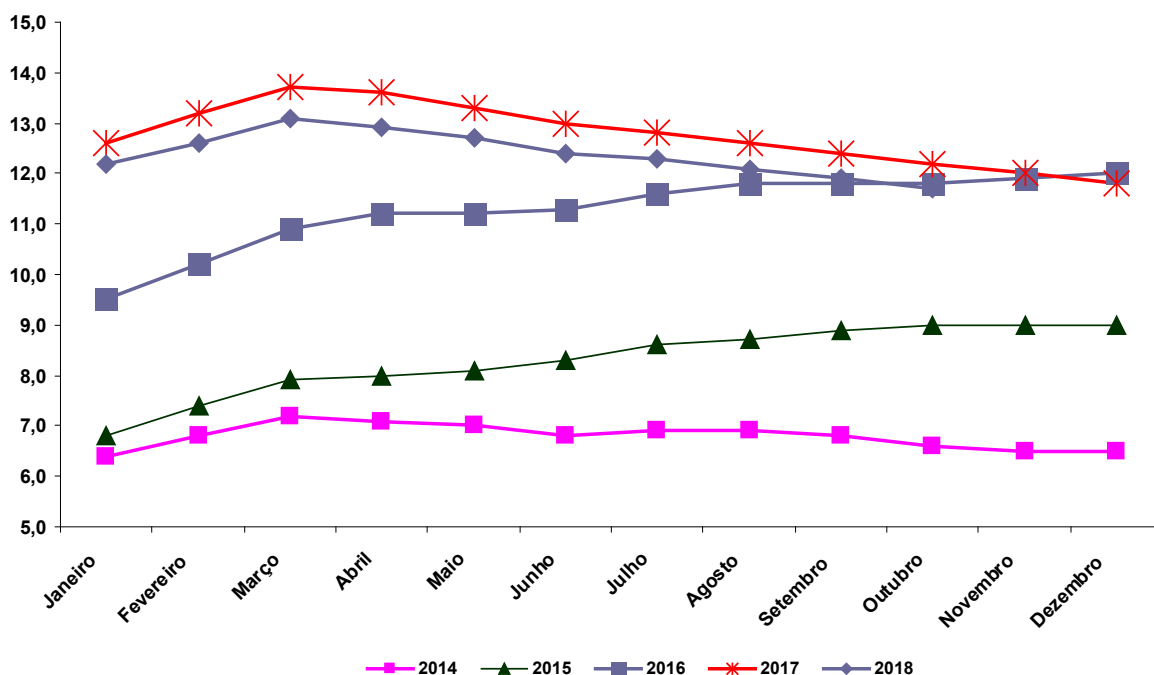
### Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre encerrado em outubro de 2018, taxa de desocupação de 11,7%, com recuo de 0,6 p.p. frente ao trimestre encerrado em julho de 2018 e de 0,5 p.p. na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

A taxa de subutilização é de 24,1%, 0,04 p.p. inferior à do trimestre encerrado em junho e 0,03 p.p. frente ao mesmo trimestre do ano anterior. O rendimento médio real habitualmente recebido foi de R\$ 2.230 com estabilidade em ambas as comparações.

### Causa

No trimestre havia 12,4 milhões de *peças desocupadas*, com queda de 4,0% frente ao trimestre imediatamente anterior e de 3,1% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. O número de *peças ocupadas* foi estimado em 92,9 milhões, com aumento de 1,4% na comparação com o trimestre de maio a julho e de 1,5% frente à igual trimestre de 2017.



### Consequência

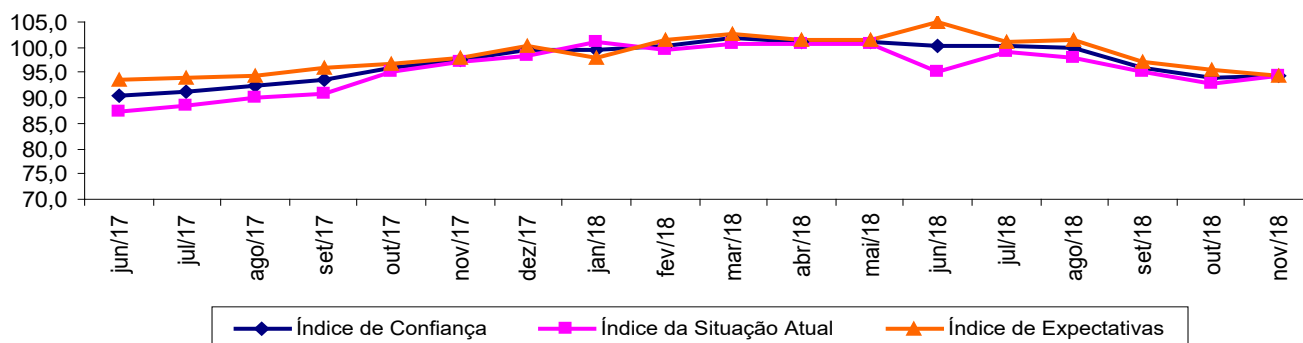
O *desemprego* segue em recuo, embora ainda esteja em patamar elevado. A lenta retomada do emprego acompanha o ritmo de recuperação da atividade econômica.

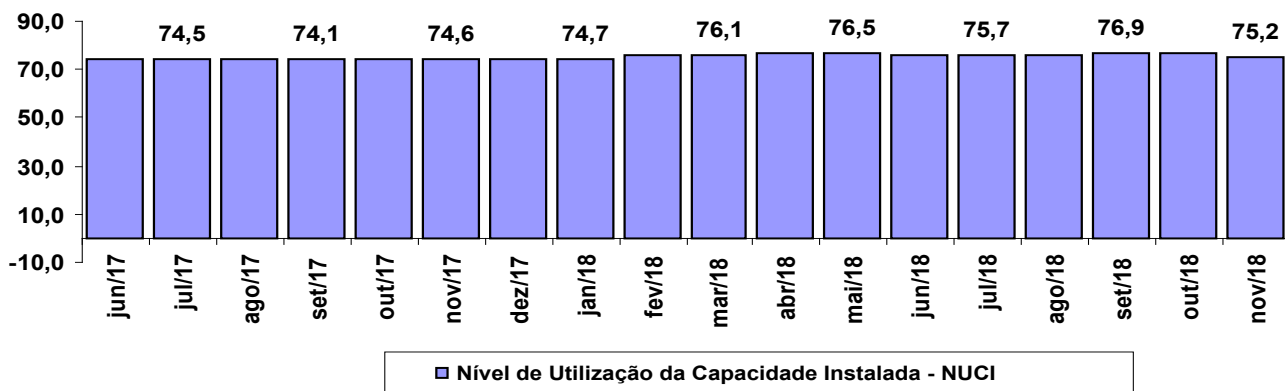
### Atividade

#### Sondagem da Indústria (Novembro/2018) – FGV

### Fato

Na passagem de outubro para novembro, o *Índice de Confiança da Indústria*, avançou 0,2 pontos atingindo 94,3 pontos, a primeira alta desde maio de 2018. Com relação ao mês anterior o *Índice da Situação Atual*, teve aumento 1,3 ponto de 92,9 para 94,2 pontos. O *Índice de Expectativas* recuou 1,0 ponto, chegando a 94,5 pontos. A *utilização da capacidade instalada* diminuiu 1,2 p.p. chegando a 75,2%.





Fonte: FGV

### Causa

No índice pertinente a *situação atual* – ISA, o percentual de empresas avaliando a *situação atual dos negócios* como boa permaneceu estável em 11,8%, já o percentual de empresas que avaliam a *situação atual* como ruim caiu 4,9 p.p., chegando a 20,0%. Ainda na *situação atual*, houve queda de 0,2 p.p. no percentual de empresas que avaliam o *nível de demanda* como forte e queda maior, 3,4 p.p., na parcela dos que a avaliam como *fraco*.

No que tange ao IE, as *expectativas dos empresários sobre a produção nos próximos três meses* exerceram a maior contribuição para a queda, recuando 5,5 pontos, chegando a 87,5 pontos, o menor nível desde maio de 2016.

### Consequências

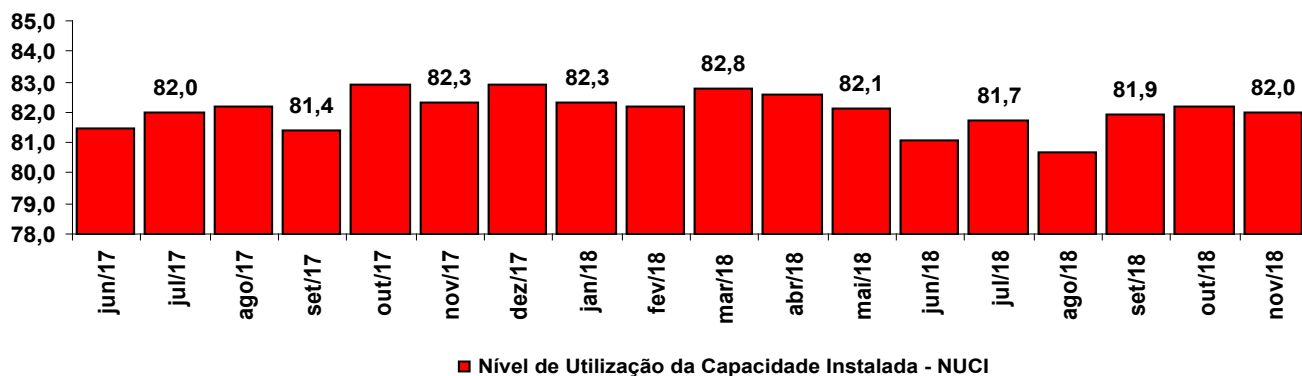
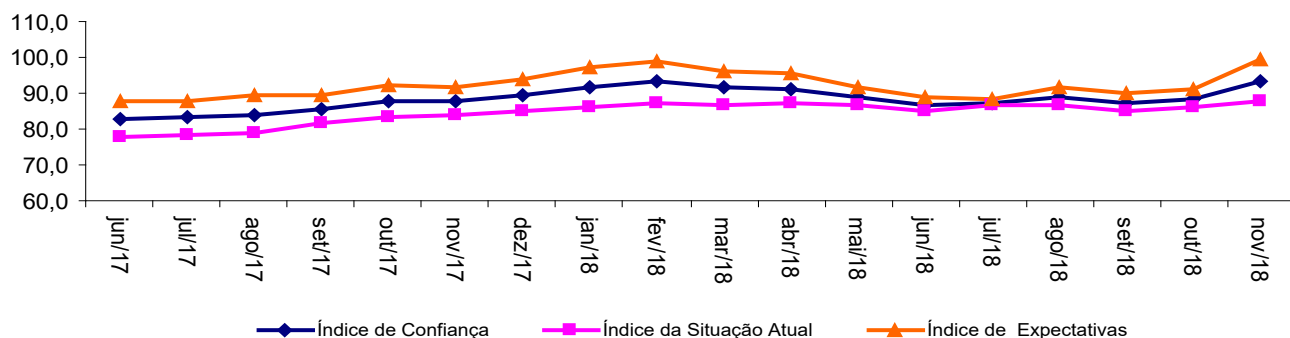
Apesar do aumento no mês o indicador segue em patamar baixo, e para os próximos meses não são esperadas variações intensas, podendo ocorrer alguma sazonalidade negativa em dezembro e janeiro.

### Atividade

#### Sondagem de Serviços (Novembro/2018) – FGV

### Fato

O *Índice de Confiança de Serviços – ICS*, avançou 5,1 pontos atingindo 93,4 pontos. O *Índice da Situação Atual – ISA* cresceu 1,8 ponto, chegando a 87,7 pontos. O *Índice de Expectativas – IE* avançou 8,3 pontos atingindo 99,4 pontos. O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada - NUCI* caiu 0,2 p.p. chegando a 82,0%.



Fonte: FGV

### Causa

No *ISA*, o indicador que avalia o *volume de demanda atual* foi a que mais contribuiu para a melhora, com avanço de 2,4 pontos, chegando a 88,2 pontos. Nas *expectativas*, houve elevação de 8,0 pontos no indicador que mede a *demandada prevista* e de 8,3 pontos no que mede a *tendência dos negócios*.

### Consequência

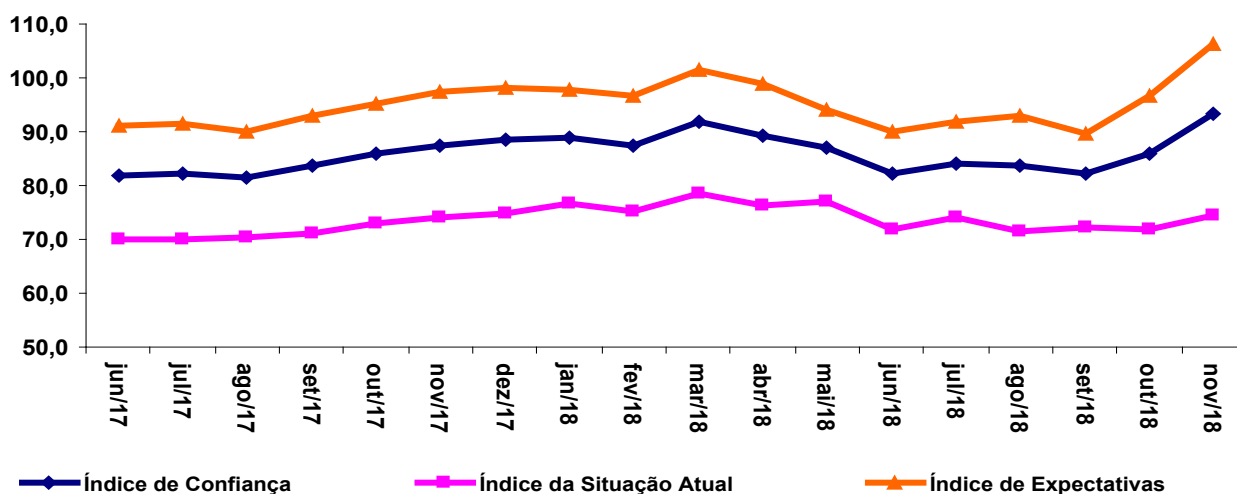
A exemplo de outros indicadores de expectativas, o *ICS* vem apresentando recuperação. Devendo esta tendência ser mantida nas próximas apurações.

### Atividade

#### ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Novembro/2018) – FGV

### Fato

Entre os meses de outubro e novembro, o *ICC* cresceu 7,1 pontos, passando de 86,1 para 93,2 pontos, o maior nível desde julho de 2014. O índice da *Situação Atual* cresceu 2,7 pontos passando de 71,9 para 74,6 pontos. O *Índice das Expectativas* ficou 9,8 pontos maior, atingindo 106,7 pontos.



Fonte: FGV

### Causa

Em relação à situação atual o indicador que mede a *satisfação com a economia* subiu 3,3 pontos, para 81,1 pontos. Com relação ao futuro, o indicador que mede o otimismo em relação à *situação econômica nos próximos seis meses* teve alta de 20,0 pontos, para 126,1 pontos, o maior da série histórica.

### Consequência

As expectativas se aceleraram no mês, fruto da redução das incertezas políticas e o efeito “*lua de mel*” com o novo governo, para os próximos meses a tendência é de continuidade na recuperação.

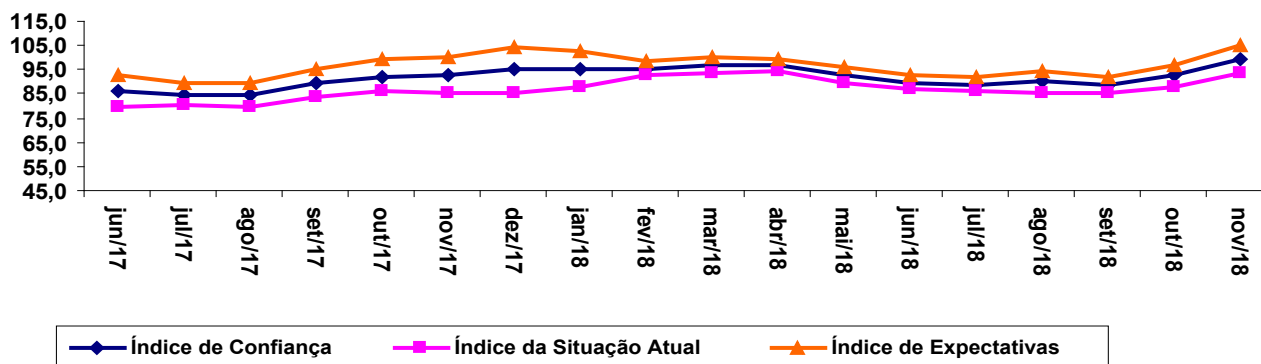
### Atividade

#### ICom - Sondagem do Comércio (Novembro/2018) – FGV

### Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* avançou 6,9 pontos em novembro, ao passar de 92,5 para 99,4 pontos. O *Índice da Situação Atual - ISA* subiu 5,1 pontos atingindo 93,3 pontos, e o *Índice de Expectativas - IE* cresceu 8,4 pontos, chegando a 105,5 pontos.





Fonte: FGV

### Causa

O forte avanço ocorrido no mês aconteceu em 10 dos 13 segmentos pesquisados sendo influenciado tanto pela melhora nas expectativas para os próximos meses como com relação ao momento presente, sendo que o indicador como um todo foi principalmente afetado pelo *volume da demanda*.

### Consequência

O avanço ocorrido no mês sugere melhora no ritmo de vendas do setor após um período turbulento, indicando que o pior pode ter ficado para trás.

### Atividade

#### Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Outubro/2018) – IBGE

#### Previsão da Safra de Grãos

### Fato

Em outubro, a estimativa da *safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas* para 2018 foi de 227,2 milhões de toneladas, 5,6% inferior à safra de 2017 e 0,4% superior a previsão de setembro. A *área a ser colhida*, 60,8 milhões de hectares, está 0,6% abaixo da registrada no ano passado. O primeiro prognóstico da safra para 2019 aponta recuo de 0,2%, frente à produção de 2018.

### Causa

Com relação à produção de 2018, as três principais culturas, *arroz, milho e soja*, que juntos representam 93,0% do total da *produção nacional*, apresentaram variação positiva para a *soja*, 2,4%, e negativa para o *arroz*, 5,6%, e para o *milho*, 17,9%. O *levantamento sistemático da produção agrícola* registrou *variação positiva*, em relação ao ano anterior, para doze dos vinte e seis produtos analisados: *algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 1ª e 2ª safras, aveia em grão, cacau em amêndoa, café em grão-arábica, café em grão – canephora, cevada em grão, mamona em baga, soja em grão, trigo em grão e triticale em grão*.

Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: *arroz em casca, batata-inglesa 1ª, 2ª e 3ª safras, cana-de-açúcar, cebola, feijão em grão 1ª, 2ª e 3ª safras, laranja, mandioca, milho em grão 1ª e 2ª safras e sorgo em grão*.

Regionalmente, a produção de *cereais, leguminosas e oleaginosas* está assim distribuída: Sul, 75,1 milhões de toneladas, Centro-Oeste, 101,3 milhões, Sudeste, 22,8 milhões, Nordeste, 19,2 milhões e Norte, 8,7 milhões. Em 2018 o Mato Grosso lidera como maior produtor nacional de grãos, com participação de 26,8%, seguido pelo **Paraná** com participação de 15,5%.

### Consequência

Ao longo do ano o *prognóstico da produção agrícola* vem apresentando recuos e deverá ter resultado em torno de 6,0% inferior ao de 2017. Para 2019 o prognóstico aponta para 226,7 milhões de toneladas.

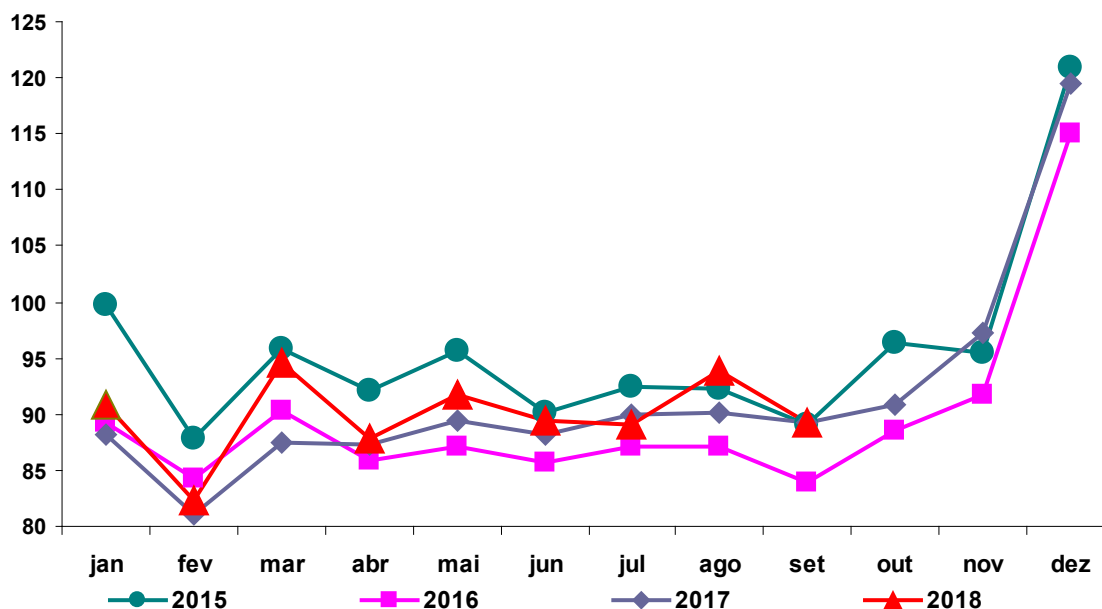
### Atividade

#### Pesquisa Mensal do Comércio (Setembro/2018) – IBGE

### Fato

No mês de setembro, o *volume de vendas do comércio varejista, com ajuste sazonal*, caiu 1,3% em relação a agosto. Nesta análise a *receita nominal* recuou 0,2%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de 0,1% sobre setembro de 2017, 2,3% no acumulado do ano e de 2,8% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 4,1% com relação à igual mês de 2017, 4,3% no acumulado no ano e 4,0% no acumulado em doze meses.

Considerando o *comércio varejista ampliado* as variações no *volume de vendas* foram: de queda de 1,5% frente ao mês anterior, crescimento de 2,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, 5,2% no acumulado em 2018 e 5,8% no acumulado em doze meses. A *receita nominal* caiu 0,4% relativamente a agosto de 2018 e cresceu 5,6% frente a setembro de 2017, 6,8% no acumulado no ano e 6,5% em doze meses.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

### Causa

No confronto com agosto de 2018, seis das oito atividades tiveram variações negativas no *volume de vendas*, conforme segue: *Combustíveis e lubrificantes*, 2,0%, *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 1,2%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico e Livros, jornais, revistas e papelaria*, 1,0%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 0,4%, e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, 0,2%. Por outro lado, registraram crescimento: *Móveis e eletrodomésticos*, 2,0% e *Tecidos, vestuário e calçados*, 0,6%. Considerando o *comércio varejista ampliado Veículos, motos, partes e peças*, registrou recuo de 0,1% e *Material de Construção* de 1,7%.

Frente ao mesmo mês do ano anterior, cinco das oito atividades do varejo tiveram crescimento, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 3,9%, *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 0,4%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 1,9%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 1,2% e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, 0,8%. Apresentaram queda: *Combustíveis e lubrificantes*, 5,0%, *Móveis e eletrodomésticos*, 2,2% e *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 16,5%. No o *comércio varejista ampliado, Veículos, motos, partes e peças* teve crescimento de 12,6% e *Material de Construção*, 2,2%.

### Consequência

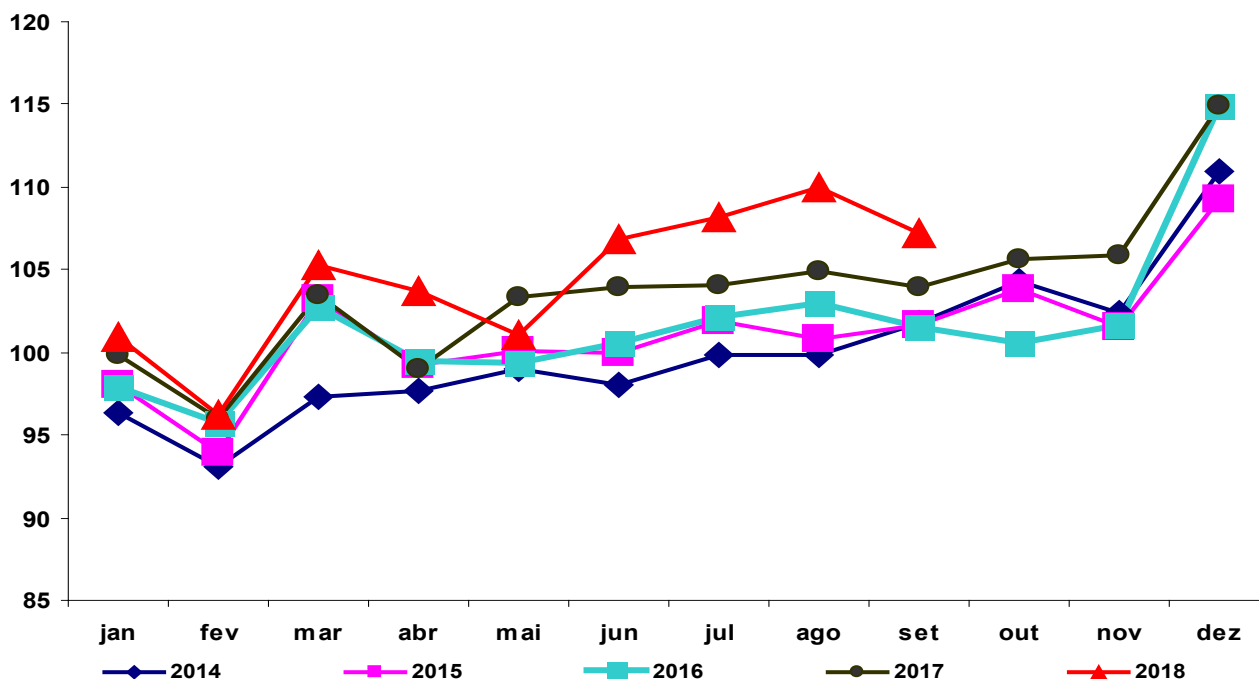
Apesar da queda no mês, o *comércio varejista* segue em lenta recuperação. Para os próximos meses, com as *festas de final de ano* e do *dia das crianças* em outubro, pode ocorrer crescimento mais intenso.

### Atividade

#### Pesquisa Mensal de Serviços (Setembro/2018) – IBGE

### Fato

No mês de setembro frente a agosto, o *volume de serviços* recuou 0,3%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior o crescimento foi de 0,5%. No ano o recuo foi de 0,4% e em doze meses 0,3%. A *receita nominal dos serviços*, frente ao mês anterior, não apresentou variação e na comparação com igual mês do ano anterior, o crescimento foi de 3,2%. Em doze meses a variação foi positiva de 2,9% e no ano 2,3%.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

#### Causa

No confronto com setembro de 2017, os crescimentos no *volume de serviços* foram *Serviços de Informação e Comunicação*, 2,2%, *Transportes, Serviços Auxiliares, dos Transportes e Correio*, 1,6% e *Serviços Prestados às Famílias*, 0,4%. Por outro lado registraram recuo *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 2,3% e *Outros Serviços*, 4,0%. As *Atividades Turísticas* tiveram crescimento de 5,5%.

#### Consequência

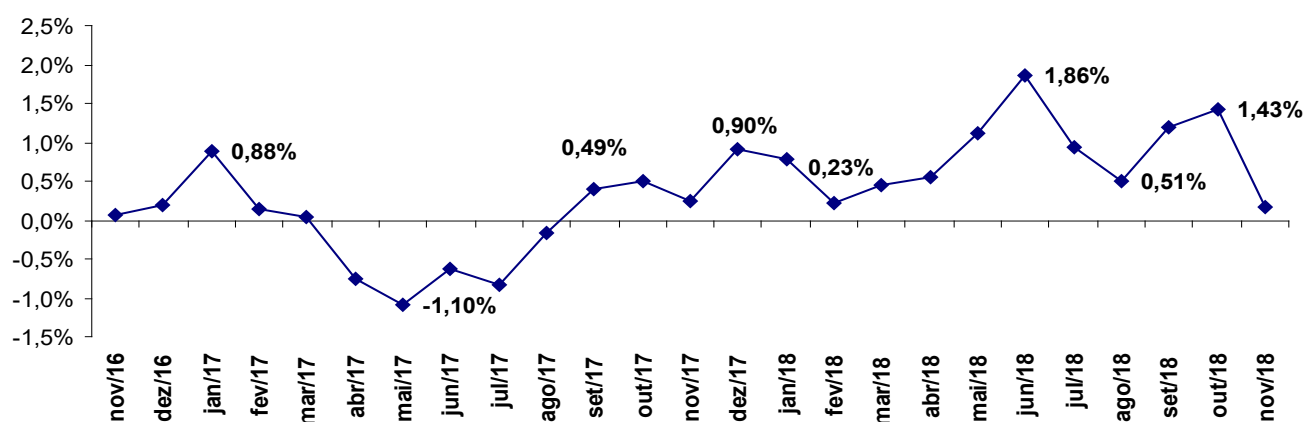
O desempenho do *setor de serviços* tem sido condicionado principalmente pela demora na retomada do crescimento econômico com mais intensidade.

#### Inflação

##### IGP-10 (Novembro/2018) – FGV

#### Fato

O IGP-10 registrou variação 0,16% em novembro, recuando 1,27 p.p. com relação a outubro. No acumulado em doze meses à variação é de 10,25% e no ano 9,27%.



Fonte: FGV

## Causa

No mês de novembro, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA**, diminuiu 2,29 p.p., apresentando variação negativa de 0,37%. Neste, a maior desaceleração foi proveniente das *Matérias-Primas Brutas*, com variação negativa de 1,68%, 3,33 p.p. menor do que a variação de outubro, com destaque para *soja, milho e aves*. Os *Bens Intermediários* tiveram variação 2,23 p.p. menor do que no mês anterior, chegando a 0,30%, com a principal contribuição de *combustíveis e lubrificantes para a produção*. Os *Bens Finais* recuaram 1,48 p.p., com destaque para *combustíveis para consumo*. O **IPC** teve recuo de 0,23 p.p., com o grupo *Transportes* sendo o principal responsável pelo movimento no índice, neste grupo vale ressaltar o comportamento do item *gasolina*, que saiu de 4,68% em outubro para 0,44% em novembro. Os grupos *Habitação, Educação, Leitura e Recreação e Despesas Diversas*, também apresentaram menor variação nos preços. O **INCC** teve desaceleração de 0,04 p.p., com menor variação em *Materiais, Equipamentos, e Serviços e em Mão de Obra*.

## Consequência

Após dois movimentos de forte alta, o **IGP-10** recua em novembro, devendo seguir nesta trajetória mais comportada para os próximos meses.

## Inflação

### IGP-M (Novembro/2018) – FGV

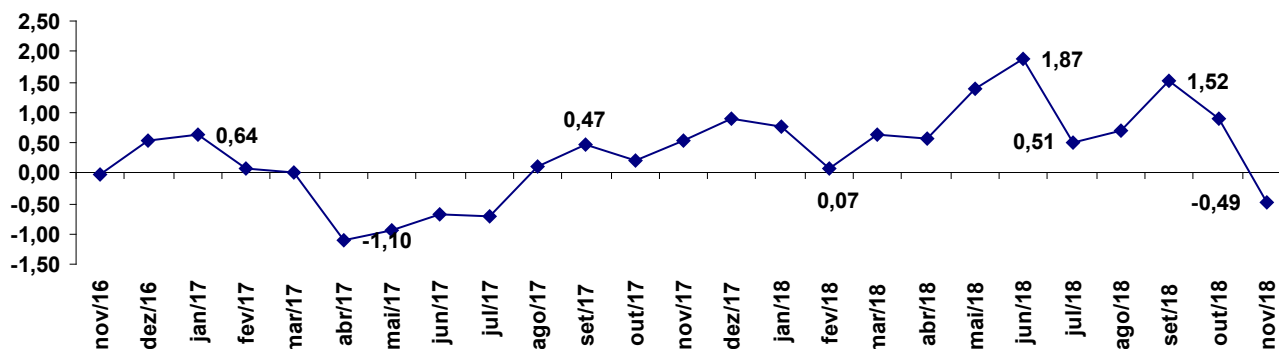
#### Fato

O **IGP-M** de novembro registrou variação negativa de 0,49%, 1,38 p.p. abaixo da variação de outubro. Em doze meses o acumulado é de 9,68% e no ano 8,71%.

#### Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**. O **IPA** apresentou desaceleração de 1,92 p.p., com variação negativa de 0,81%. Neste componente os grupos tiveram o seguinte comportamento *Bens Intermediários*, retração de 2,60 p.p. com decréscimo no subgrupo *combustíveis e lubrificantes para a produção*. Os *Bens Finais* tiveram desaquecimento de 1,99 p.p. e variação negativa de 0,81%, com destaque para o subgrupo *combustíveis para consumo*. As *Matérias-Primas Brutas* apresentaram variação negativa de 1,10%, com recuo de 0,99 p.p. Os itens que mais contribuíram para este movimento foram: *soja, aves e bovinos*.

O **IPC** registrou variação 0,42 p.p. menor do que no mês anterior, chegando a 0,09%, o destaque em sentido descendente foi do grupo *Transporte*, decorrente do item: *gasolina*. Também tiveram menor variação: *Habitação, Educação, Leitura e Recreação, Vestuário, Saúde e Cuidados Pessoais, Comunicação, Alimentação e Despesas Diversas*. Na composição do **INCC**, ocorreu desaquecimento de 0,07 p.p., chegando a 0,26%, com avanço em *Materiais, Equipamentos e Serviços*, 0,10 p.p. e recuo em *Mão de Obra*, 0,22 p.p.



Fonte: FGV

## Consequência

Apesar de que, nos valores acumulados a inflação ainda esteja em patamar elevado, nas duas últimas apurações foram registrados fortes recuos. Para os próximos períodos a expectativa é de acomodação.

## Inflação

### IGP-DI (Outubro/2018) – FGV

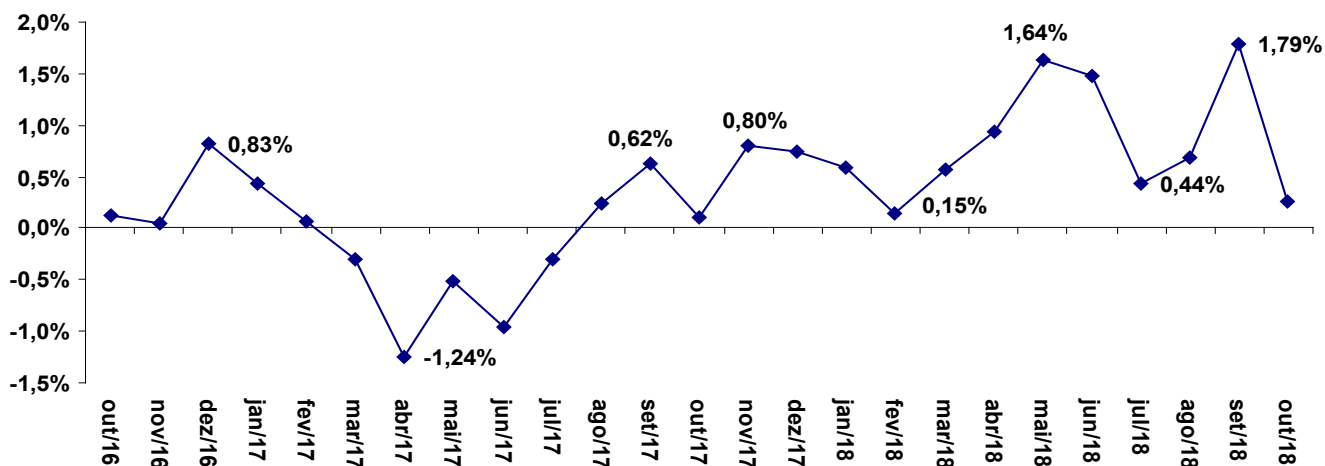
#### Fato

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (**IGP-DI**) registrou variação de 0,26% em outubro, desacelerando 1,53 p.p. ante a inflação registrada em setembro, em doze meses o acumulado é de 10,51% e no ano 8,83%.

### Causa

Em outubro, o **IPA** apresentou variação 0,17%, diminuindo 2,37 p.p. frente ao mês anterior em decorrência do recuo em *Matérias-Primas Brutas*, 4,74 p.p., com destaque para *minério de ferro, soja e milho*. Os *Bens Intermediários* apresentaram desaceleração de 1,85 p.p. destacando-se a queda nos preços dos *combustíveis e lubrificantes para a produção*. Os *Bens Finais* tiveram desaceleração de 0,90 p.p. causada pela menor variação de preços nos *combustíveis para consumo*.

O **IPC** avançou 0,03 p.p., influenciado pela maior variação em *Alimentação* e em *Saúde e Cuidados Pessoais*, no primeiro a maior influência veio de *hortaliças e legumes* e no segundo *artigos de higiene e cuidado pessoal*. O **INCC** teve avanço de 0,12 p.p., com aceleração em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

### Consequência

O índice voltou a apresentar recuo em outubro, retornando a patamar mais comportado. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade na acomodação.

### Inflação

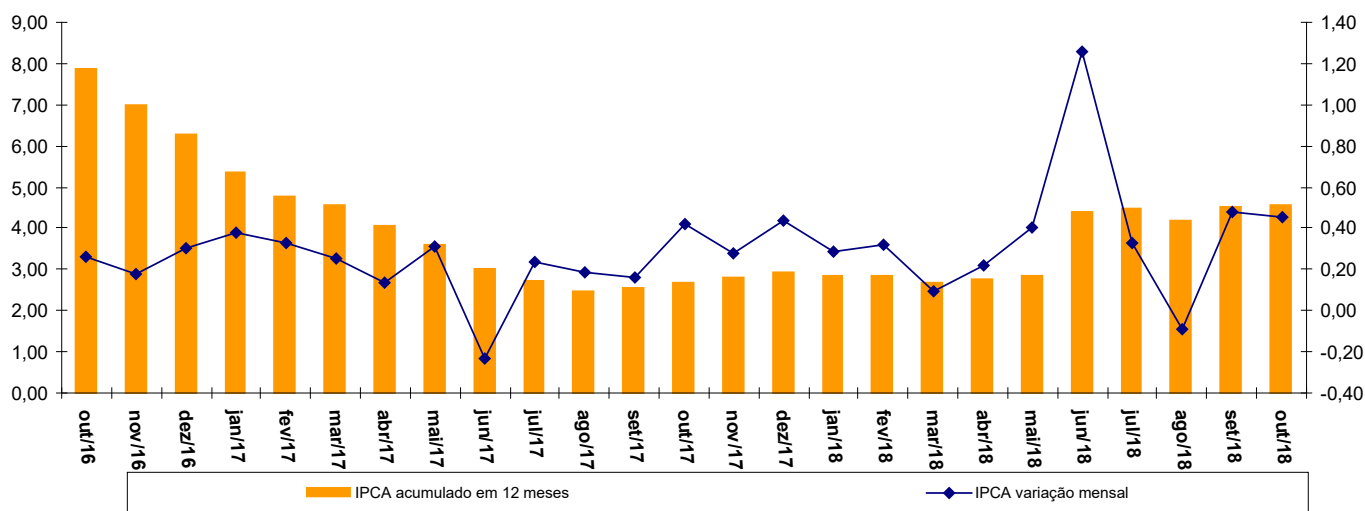
#### **IPCA (Outubro/2018) – IBGE**

#### Fato

O **IPCA** variou 0,43% em outubro, 0,03 p.p. acima do registrado em setembro, no acumulado em doze meses o índice chegou a 4,56%, aumentando 0,03 p.p., frente ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, e no acumulado do ano a *inflação* está em 3,81%, acima dos 2,21% registrados no mesmo período em 2017. Em **Curitiba**, a variação foi de 0,58%, 0,01 p.p. superior a de setembro, acumulando alta de 3,83% no ano e 4,26% em doze meses.

#### Causa

Os grupos *Transportes e Alimentação e Bebidas* apresentaram as maiores impactos no mês. O primeiro, mesmo com desaceleração de 0,77 p.p. teve variação de 0,92%, e impacto de 0,17 p.p. O grupo *Alimentação e Bebidas*, com variação de 0,59% teve o segundo maior impacto no **IPCA**, 0,15 p.p. Embora com pequeno impacto no índice, 0,03 p.p., os *Artigos de Residência* registraram variação de 0,76%.



Fonte: IBGE

### Consequência

Após a alta do mês anterior, o índice ainda permanece em patamar elevado, sendo que nos valores acumulados supera a meta de inflação para o ano.

### Inflação

#### IPCA - 15 (Novembro/2018) – IBGE

#### Fato

O **IPCA-15** registrou variação de 0,19% em novembro, 0,39 p.p. abaixo do registrado em outubro. Nos últimos doze meses o acumulado é de 4,39%, e no ano, 4,03%. **Em Curitiba a variação foi de 0,16%**, 0,62 p.p., menor do que a de outubro, acumulando 4,14% no ano e 4,23% em doze meses.

#### Causa

No mês, os grupos *Habituação*, - 0,13%, *Saúde e Cuidados Pessoais*, - 0,35%, *Comunicação*, - 0,02% e *Educação*, - 0,01% apresentaram deflação no mês. Pelo lado das contribuições positivas *Alimentação e Bebidas* causou o maior impacto no mês, influenciado pela alta de alguns itens como *tomate*, *batata-inglesa* e a *cebola*. Outro grupo que teve forte impacto foi o dos *Transportes*, que embora com desaceleração, teve variação de 0,31%, representando o segundo maior aumento, influenciado por *combustíveis*.

### Consequência

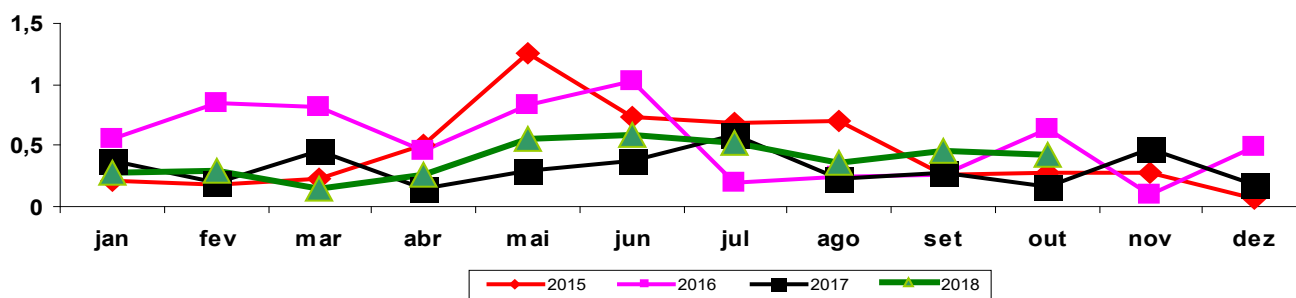
Assim como o **IPCA** o **IPCA - 15**, apresentou alguma desaceleração no mês. No acumulado no mês o índice retorna para abaixo da meta. Para os próximos períodos não deverá apresentar alterações significativas.

### Inflação

#### Custos e Índices da Construção Civil (Outubro/2018) – IBGE - Caixa Econômica Federal

#### Fato

O **Índice Nacional da Construção Civil** variou 0,43% em outubro, 0,02 p.p. abaixo da variação de setembro, e 0,27 p.p. maior do que a de outubro de 2017. Em doze meses, o acumulado é de 4,61%, e no ano, 3,93%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.103,98, em setembro, para R\$ 1.108,75 em outubro, sendo R\$ 574,70 relativos aos *materiais* e R\$ 534,05 à *mão-de-obra*. No **Paraná**, as variações foram de negativos 0,09% no mês, positivos 4,21% no ano e 4,37% em doze meses, o *custo médio da construção*, no Estado é de R\$ 1.216,16.



Fonte: IBGE e CAIXA

### Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,69%, 0,01 p.p. acima do mês anterior e a componente *mão-de-obra*, 0,16%, diminuindo 0,04 p.p. em relação a setembro. Nos últimos doze meses, os acumulados foram: 6,30% para *materiais* e 2,83% para *mão-de-obra*, e no ano, os *materiais* subiram, 5,45% e a *mão-de-obra* 2,36%.

No mês as variações regionais foram: 0,38% na Região Nordeste, 1,77% na Região Norte, 1,06% no Centro-Oeste, 0,06% no Sudeste e 0,25% no Sul. Ainda na verificação regional, os acumulados em doze meses foram: Nordeste, 4,66%, Norte, 4,50%, Centro-Oeste, 4,36%, Sudeste, 4,59% e Sul 4,05%.

### Consequência

O resultado no mês foi influenciado pela pressão exercida pelo *reajuste salarial* do *acordo coletivo*, nos estados do Pará, Tocantins e Mato Grosso. Para os próximos períodos não são esperadas variações muitas intensas.

### Inflação

#### IPP - Índices de Preço ao Produtor (Outubro/2018) – IBGE

### Fato

O IPP apresentou variação de -0,84% em outubro, ficando, portanto 3,75 p.p. inferior à variação do mês anterior e 2,64 p.p. menor do que a do mesmo mês do ano anterior. No acumulado em doze meses a variação é de 15,12%, e no ano 13,04%.

### Causa

No mês, apenas oito das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas, as maiores variações foram em *fumo*, *outros equipamentos de transporte*, *madeira* e *impressão*, as maiores influências vieram de *alimentos*, *metalurgia*, *refino de petróleo* e *produtos de álcool* e *outros equipamentos de transporte*.

No acumulado no ano, as maiores variações ocorreram em *indústrias extrativas*, *outros produtos químicos*, *refino de petróleo* e *produtos de álcool*, e *metalurgia*. As maiores influências vieram de *refino de petróleo* e *produtos de álcool*, *outros produtos químicos*, *indústrias extrativas* e *alimentos*.

### Consequência

O índice de preços ao produtor apresentou recuo no mês, porém nos valores acumulados segue aquecido, o que deve influenciar o comportamento futuro dos *preços no varejo*.

### Operações de Crédito

#### Nota à Imprensa (Outubro/2018) - BACEN

### Fato

O total do estoque das *operações de crédito* do sistema financeiro atingiu R\$ 3.164,6 bilhões em outubro, com redução de 0,2% no mês e avanço de 3,5% em doze meses, atingindo 46,3% na relação com o PIB, 0,3 p.p. abaixo do mês anterior, e 0,6 p.p. menor do que outubro de 2017. As *taxas médias de juros* atingiram 24,6%.

### Causa

Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.682,40 bilhões, aumentando 0,2% no mês e 9,4% em doze meses. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* aumentaram 1,5% no mês e 9,5% em doze meses, atingindo R\$ 916,8 bilhões, impulsionados pela demanda por *cartão de crédito a vista*, *cheque especial*, *consignado* e *veículos*. Nos *empréstimos realizados às pessoas jurídicas*, houve recuo de 1,3% no mês e avanço de 9,3% em doze meses, chegando a R\$ 765,6 bilhões.

No *crédito direcionado*, houve queda de 0,6% no mês e 2,4% em doze meses, totalizando R\$ 1.482,1 bilhões. O resultado foi determinado basicamente pela *apreciação cambial nas operações com recursos do BNDES*.



As *taxas médias de juros* avançaram 0,2 p.p. no mês e recuaram 2,8 p.p. em doze meses, atingindo 24,6%. O *custo médio dos empréstimos para pessoas físicas* cresceu 0,1 p.p. no mês e recuou 3,7 p.p. em doze meses atingindo 30,4% a.a. Para as *empresas*, os *encargos médios* aumentaram 0,4 p.p. no mês e recuaram 1,9 p.p. em doze meses, situando-se em 16,1% a.a. A taxa de *inadimplência da carteira de crédito referencial* permaneceu estável no mês e recuou 0,6 p.p. em doze meses, alcançando 3,0%, sendo 3,4% para *pessoas físicas* e 2,6% para *pessoas jurídicas*.

### **Consequência**

A expectativa para os dois últimos meses do ano é de *expansão do crédito*, consequência principalmente da recuperação do otimismo dos consumidores.

### **Setor Externo**

#### **Nota à Imprensa (Outubro/2018) - BACEN**

#### **Fato**

Em outubro, as *Transações Correntes* registraram *superávit* de US\$ 329 milhões. As *reservas internacionais* diminuíram US\$ 448 milhões, totalizando US\$ 380,3 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 297,3 bilhões com redução de US\$ 3,8 bilhões em relação à posição de junho.

#### **Causa**

O *saldo da conta de transações correntes* acumula *déficit* de US\$ 15,4 bilhões nos últimos doze meses. A conta de *serviços* apresentou *déficit* de US\$ 3,1 bilhões. A conta de renda primária foi de US\$ 3,1 bilhões no mês e US\$ 15,1 bilhões em doze meses. Na *conta capital e financeira* destacaram-se os ingressos líquidos em *investimentos diretos no país*, US\$ 10,4 bilhões, acumulando US\$ 75,0 bilhões nos últimos doze meses.

A movimentação das *reservas*, durante o mês foi negativamente afetada pelas variações negativas por preço e por paridade US\$ 243 milhões e US\$ 651 milhões, respectivamente. Em outubro, a *dívida externa* de médio e longo prazo diminuiu US\$ 2,4 bilhões, atingindo US\$ 239,2 bilhões e a de curto prazo caiu US\$ 1,4 bilhões, atingindo em US\$ 58,1 bilhões.

### **Consequência**

Embora o *volume de reservas* tenha diminuído, as *contas externas* seguem em equilíbrio e com tendência positiva, com destaque para a redução no *déficit em transações correntes*.

### **Política Fiscal**

#### **Nota à Imprensa (Outubro/2018) - BACEN**

#### **Fato**

Em outubro, o *setor público não financeiro* registrou *superávit* de R\$ 7,8 bilhões. No acumulado em doze meses o *déficit* é de R\$ 84,8 bilhões (1,24% do PIB). O *resultado nominal* teve *déficit* de R\$ 6,1 bilhões, acumulando negativos R\$ 464,4 bilhões (6,79% do PIB), em doze meses. A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.642,5 bilhões (53,3% do PIB). O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 13,9 bilhões, no mês e R\$ 379,7 bilhões no acumulado em doze meses (5,55% do PIB).

#### **Causa**

Na composição do *superávit primário* no mês, o *Governo Central* e as *empresas estatais* registraram *superávit* de R\$ 10,2 bilhões e R\$ 690 milhões, respectivamente. Os governos *regionais* tiveram *déficit* de R\$ 3,1 bilhões. Com relação aos *juros apropriados* em outubro, houve redução de R\$ 21,4 bilhões, comparativamente a outubro de 2017, contribuindo para esta redução o *resultado das operações de swap cambial*. No ano, o *déficit nominal* alcançou R\$ 415,7 bilhões, diminuindo 0,4 p.p. em relação ao *déficit* acumulado no mês anterior.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, houve elevação de 1,1 p.p., na comparação com o mês anterior. No ano, esta relação teve crescimento de 1,7 p.p. Contribuíram para o aumento, os *juros nominais apropriados* e o *déficit primário*, valores parcialmente compensados pela *desvalorização cambial acumulada* e pelo *crescimento do PIB nominal*.

### **Consequência**

Para os próximos períodos, tendo em vista a maior *austeridade fiscal* que vem sendo prometida pelo governo, a expectativa é de resultados melhores para o setor público.



**EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2018-2022**

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2018	1,37	6,53	3,66	3,98
2019	2,60	6,97	3,74	4,11
2020	2,57	8,11	3,77	4,04
2021	2,55	8,21	3,83	3,90
2022	2,52	8,14	3,90	3,81

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 23/11/2018 Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

**DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS OUTUBRO 2008-2018**

ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2008	24,97	-0,69	13,25	0,79	38,31
2009	29,44	-1,08	12,39	0,72	41,46
2010	26,87	-1,05	11,44	0,61	37,88
2011	25,37	-1,09	10,79	0,57	35,64
2012	22,22	-1,09	10,8	0,53	32,46
2013	21,58	-1,13	10,57	0,59	31,61
2014	22,21	-1,27	10,64	0,64	32,21
2015	22,72	-2,89	12,38	0,84	33,05
2016	33,54	-2,51	12,12	0,88	44,02
2017	40,77	-2,68	11,67	0,89	50,65
2018	42,85	-2,79	12,32	0,88	53,26

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

**VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – OUTUBRO/2018**

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	27.207	71,72	37.936	28,04	97.041	2,13	1.279.502
DESLIGAMENTOS	24.992	70,79	35.306	27,74	90.104	2,05	1.221.769
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	665.524	70,09	949.559	25,9	2.569.121	1,76	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	150.103	72	208.482	23,39	641.673	1,86	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	3.650		4.569		9.487		137.336

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

**VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – OUTUBRO /2018**

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	3.050	8,04	37.936	3,14	97.041	0,24	1.279.502
DESLIGAMENTOS	2.793	7,91	35.306	3,1	90.104	0,23	1.221.769
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	84.744	8,92	949.559	3,3	2.569.121	0,22	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.340	6,88	208.482	2,23	641.673	0,18	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	257		2.630		6.937		57.733

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

**VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – OUTUBRO/2018**

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.416	3,73	37.936	1,46	97.041	0,11	1.279.502
DESLIGAMENTOS	1.637	4,64	35.306	1,82	90.104	0,13	1.221.769
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	37.328	3,93	949.559	1,45	2.569.121	0,1	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.552	2,66	208.482	0,87	641.673	0,07	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	<b>-221</b>		2.630		6.937		57.733

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

**EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) - DEZ/2017 – NOV/2018**

DIA	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/17
1		85.495,24	85.377,79			77.239,75					<b>88.419,05</b>	
2	77.891,04	84041,34	85.761,34	84.666,44	84.547,09		72.839,74	79636,69		81612,28		
3	77.995,16			84.623,46	83.288,14		73.667,76	81434,98	76192,74	83273,4		
4	78.647,42			84.359,69	83.118,03	78.596,06	74.743,12		74711,8	82952,81		73.090,17
5	79.071,47	81.861,09	86.022,83	85.209,66	82.714,43	76.641,72	74.553,06		75092,27	82321,52	<b>89.598,16</b>	72.546,17
6		83.894,04	85.653,02	84.820,42		76.117,22	75.010,39	81050,76	76416,02		<b>88.668,92</b>	73.268,35
7		82.766,73	85.483,55			73.851,46		80346,53			<b>87.714,35</b>	72.487,46
8	79.378,54	81.532,53	84.984,61		82.956,05	72.942,07		79151,7		86083,92	<b>85.620,13</b>	72.731,84
9	78863,54	80898,7	86.371,41	83.307,23	84.265,49			78767,99		86087,55	<b>85.641,21</b>	
10	78200,57			84.510,36	85.861,20		74.862,38	76514,36	76436,36	83679,12		
11	79.365,44			85.245,59	85.220,24	72.307,77	74.398,55		74656,51	82921,08		72.800,04
12	79.349,12		86.900,43	85.443,53		72.754,13	75.856,23		75124,81		<b>85.524,70</b>	73.813,53
13			86.383,85	84.334,41		72.122,14	76.594,36	77496,46	74686,68		<b>84.914,11</b>	72.914,33
14		83.542,84	86.050,96		85.232,18	71.421,19		78602,12	75429,1		<b>85.973,06</b>	72.428,93
15	79.752,37	84.290,57	84.928,20		85.130,42	70.757,73		77077,5		83359,77		72.607,70
16	79831,76	84524,58	84.886,49	82.861,58	86.536,97		76.652,59	76818,72		85717,57	<b>88.515,27</b>	
17	81189,16			84.086,13	83.621,95		78.130,30	76028,51	76788,86	85763,96		
18	80.962,65			85.776,46	83.081,88	69.814,74	77.362,64		78313,97	83847,12		73.115,45
19	81.219,50	84.792,71	83.913,06	85.824,26		71.394,34	77.486,84		78168,66	84219,75	<b>87.900,83</b>	72.680,37
20		85.803,96	84.163,80	85.550,09		72.123,41	78.571,29	76327,89	78116,02		<b>87.268,80</b>	73.367,03
21		86.051,82	84.976,59		81.815,32	70.074,90		75180,4	79444,29			75.133,43
22	81.675,42	86.686,45	84.767,88		82.738,88	70.640,65		76902,31		85596,7	<b>87.477,44</b>	75.186,53
23	80678,35		84.377,19	85.602,50	80.867,29		77.996,12	75633,77		85300,04	<b>86.230,22</b>	
24	83680			85.469,08	80.122,31		79.154,99	76262,24	77984,19	83063,56		
25		87293,24		85.044,39	78.897,66	70.952,97	80.218,05		78630,15	84083,51		
26	85.530,84	87.652,64	85.087,86	86.383,20		71.404,59	79.405,34		78656,16	85719,88	<b>85.546,51</b>	75.707,73
27		86.935,44	83.808,06	86.444,66		70.609,01		77929,69	80000,09		<b>87.891,18</b>	76.072,54
28		85.353,60	83.874,14		75.355,84	71.766,53		77473,18	79342,43		<b>89.250,82</b>	76.402,08
29	84698,01		85.365,56		76.071,97	72.762,52	79.866,11	78388,84		83796,71	<b>89.709,56</b>	
30	84482,46			86.115,50	76.753,61		80.275,60	76404,1		86885,71	<b>89.504,03</b>	
31	84912,7						79.220,44	76677,53		87423,55		
MÍNIMO	77.891,04	80.898,70	83.808,06	82.861,58	75.355,84	69.814,74	72.839,74	75.180,40	74.656,51	78.623,66		72.264,45
MÁXIMO	85.530,84	87.652,64	86.900,43	86.444,66	86.536,97	78.596,06	80.275,60	81.434,98	80.000,09	87.423,55		76.402,00

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

**PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–NOV/2018**

MÊS/ANO	SÃO PAULO		PARANÁ		
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
Dez/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Dez/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Dez/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
Jan/16	66,85	106,78	1397,50	44,10	36,59
Fev/16	68,55	100,91	1404,32	45,16	38,67
Mar/16	69,97	96,83	1140,93	45,29	41,08
Abr/16	69,89	98,09	1110,13	46,60	46,10
Mai/16	71,45	107,83	1319,96	46,19	49,96
Jun/16	73,02	131,01	1572,48	53,74	49,13
Jul/16	69,81	158,53	1489,45	53,68	41,15
Ago/16	74,62	152,55	1353,58	50,77	40,86
Set/16	77,21	148,65	1281,50	43,34	37,86
Out/16	77,58	161,76	1211,86	39,45	38,32
Nov/16	...	155,06	1220,52	38,25	35,63
Dez/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
Jan/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
Fev/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
Mar/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
Abr/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
Mai/17	59,60	101,82	1.015,39	36,57	25,61
Jun/17	60,40	111,60	1.018,95	37,46	24,36
Jul/17	61,48	99,96	1.087,77	38,73	22,84
Ago/17	66,48	92,36	1.014,63	40,70	22,39
Set/17	64,44	92,02	1.017,38	36,87	24,68
Out/17	82,26	92,86	1.068,59	35,95	26,08
Nov/17	82,86	85,59	1.077,22	37,79	27,27
Dez/17	79,60	81,72	1.162,92	38,74	27,86
Jan/18	83,14	79,72	1.163,73	39,32	28,30
Fev/18	72,16	89,02	1.263,78	39,07	29,23
Mar/18	75,50	88,21	1.326,18	42,40	36,45
Abr/18	80,26	87,22	1.413,59	47,15	37,65
Mai/18	77,44	90,88	1.490,00	54,95	38,94
Jun/18	75,68	86,51	1.450,92	62,88	38,47
Jul/18	79,16	86,32	1.432,98	59,95	35,43
Ago/18	87,92	87,63	1.435,45	56,84	36,87
Set/18	88,98	93,58	1467,24	52,91	37,58
Out/18	89,21	93,44	1.427,84	49,57	34,76
Nov/18	85,86	92,31	1.371,70	49,91	33,57

FONTES: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.  
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
JAN/15	2.192.912	1.744.785	46.907	10.000	17.165	4.635
FEV/15	2.226.999	1.897.789	51.583	551	18.133	4.964
MAR/15	2.260.558	1.885.819	51.150	321	17.776	4.901
ABR/15	2.282.144	2.066.170	56.229	4.600	17.841	4.941
MAI/15	2.235.805	1.949.062	52.760	0	18.011	5.070
JUN/15	2.355.165	1.973.591	53.080	0	17.620	4.987
JUL/15	2.388.160	1.903.496	50.864	740	17.690	5.128
AGO/15	2.425.397	1.754.227	46.625	0	16.528	4.777
SET/15	2.343.942	1.700.335	45.059	1.350	16.285	4.620
OUT/15	2.448.624	1.678.886	45.868	1.892	17.664	5.054
NOV/15	2.465.544	1.658.564	45.120	0	17.720	5.109
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/17	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/17	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/17	3.460.553	2.454.073	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/17	3.462.583	2.575.884	76.402	0	24.719	6.903
JAN/18	3.526.747	2.916.247	84.912	0	26.149	7.411
FEV/18	3.550.673	2.928.154	85.353	268	25.029	7.273
MAR/18	3.584.745	2.965.390	85.365	0	24.103	7.063
ABR/18	3.610.305	2.961.895	86.115	529	24.163	7.066
MAI/18	3.620.983	2.663.411	76.753	0	24.668	7.462
JUN/18	3.622.332	2.510.860	72.762	0	24.271	7.510
JUL/18	3.655.902	2.733.333	79.220	1.207	25.415	7.672
AGO/18	3.697.483	2.639.313	76.677	0	25.965	8.110
SET/18	3.728.770	2.671.198	79.342	0	26.458	8.046
OUT/18	3.771.919	2.916.773,0	87.423	700	25.116	7.306

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

**BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2018**  
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.849.631.130	0,00	3.286.435.601	0,00	1.546.619
1998	4.217.015.109	-13,04	4.037.993.209	22,87	170.406
1999	3.930.561.564	-6,79	3.686.335.922	-8,71	233.169
2000	4.379.503.505	11,42	4.679.233.086	26,93	-299.729.581
2001	5.312.332.713	21,30	4.897.792.513	4,67	414.540.200
2002	5.694.804.727	7,20	3.316.953.439	-32,28	2.377.851.288
2003	7.151.159.118	25,57	3.484.908.970	5,06	3.666.250.148
2004	9.389.420.770	31,30	4.019.935.825	15,35	5.369.484.945
2005	10.015.182.847	6,66	4.516.231.442	12,35	5.498.951.405
2006	9.995.494.251	-0,20	5.966.627.723	32,12	4.028.866.528
2007	12.328.950.313	23,35	9.014.788.594	51,09	3.314.161.719
2008	15.215.715.407	23,41	14.551.915.577	61,42	663.799.830
2009	11.196.293.394	-26,42	9.581.197.028	-34,16	1.615.096.366
2010	14.138.446.875	26,28	13.896.179.543	45,04	242.267.332
2011	17.360.038.340	22,79	18.730.595.657	34,79	-1.370.557.317
2012	17.670.729.653	1,79	19.386.402.825	3,50	-1.715.673.172
2013	18.209.358.888	3,05	19.323.866.589	-0,32	-1.114.507.701
2014	16.309.278.456	-10,43	17.280.528.871	-10,57	-971.250.415
2015	14.905.716.333	-8,61	12.441.616.141	-28,00	2.464.100.192
2016	15.169.664.013	1,77	11.091.546.509	-10,85	4.078.117.504
2017	18.078.720.982	19,18	11.516.626.302	3,83	6.563.848.374
<b>JAN-OUT/2018</b>	<b>15.368.158.791</b>	<b>-0,11</b>	<b>10.270.910.252</b>	<b>6,07</b>	<b>5.097.248.539</b>

FONTE: MDIC/SECEX

**BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2018**  
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.947.495.532	0,00	59.484.840.278	0,00	1.546.619	0,00
1998	51.076.603.549	-3,53	57.596.907.511	-3,17	170.406	-0,26
1999	47.945.909.310	-6,13	49.181.644.327	-14,61	233.169	-81,05
2000	55.018.346.483	14,75	55.891.118.709	13,64	-872.772.226	-29,37
2001	58.128.223.219	5,65	55.444.566.162	-0,80	2.683.657.057	-407,49
2002	60.290.491.129	3,72	47.140.165.638	-14,98	13.150.325.491	390,02
2003	72.975.027.454	21,04	48.269.929.600	2,40	24.705.097.854	87,87
2004	96.332.184.410	32,01	62.744.505.513	29,99	33.587.678.897	35,95
2005	118.692.856.544	23,21	73.468.391.463	17,09	45.224.465.081	34,65
2006	137.708.096.759	16,02	91.192.855.350	24,13	46.515.241.409	2,85
2007	160.521.882.755	16,57	120.475.382.973	32,11	40.046.499.782	-13,91
2008	197.778.858.085	23,21	173.118.588.785	43,70	24.660.269.300	-38,42
2009	152.910.580.383	-22,69	127.812.153.899	-26,17	25.098.426.484	1,78
2010	201.788.337.035	31,96	181.774.969.378	42,22	20.013.367.657	-20,26
2011	255.936.306.857	26,83	226.244.222.128	24,46	29.692.084.729	48,36
2012	242.277.307.190	-5,34	223.366.721.023	-1,27	18.910.586.167	-36,31
2013	241.967.561.759	-0,13	239.681.231.635	7,30	2.286.330.124	-87,91
2014	224.974.401.228	-7,02	229.127.843.314	-4,40	-4.153.442.086	-281,66
2015	190.971.087.339	-15,11	171.458.999.759	-25,17	19.512.087.580	-569,78
2016	185.232.116.301	-3,01	137.585.830.976	-19,76	47.646.285.325	144,19
2017	217.739.218.466	17,55	150.749.494.421	9,57	6.563.848.374	-86,22
<b>JAN-OUT/2018</b>	<b>199.079.344.901</b>	<b>8,51</b>	<b>151.443.508.403</b>	<b>21,15</b>	<b>47.635.836.498</b>	<b>-18,50</b>

FONTE: DIC/SECEX

**OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS - (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2012/2019 (Mil toneladas)**

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	566,1	2202,4	10,0	2778,5	750,0	1330,0	698,5
	2018/19	566,1	2247,3	10,0	2.823,4	750,0	1330,0	743,3
Arroz em casca	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,8	1.042,0	13.800,6	12.0240,3	1.064,7	711,6
	2017/18	625,8	11449,9	1200,0	13275,7	11900,0	800,0	575,7
	2018/19	775,8	11407,9	1200,0	13383,7	11800,0	1000,0	583,6
Feijão	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	137,6	3.723,1	3.300,0	120,5	302,6
	2017/18	178,6	3.170,6	130,0	3479,2	3.200,0	120,0	159,2
	2018/19	228,6	3.146,2	130,0	3.504,8	3.150,0	120,0	234,8
Milho	2012/13	4.005,4	81.505,7	911,4	86.422,5	53.263,8	26.174,1	6.984,6
	2013/14	6.984,6	80.051,7	790,7	87.827,0	54.503,1	20.924,8	12.399,1
	2014/15	12.399,1	84.672,4	316,1	97.387,6	56.611,1	30.172,3	10.604,2
	2015/16	10.604,2	66.530,6	3.338,1	80.472,9	54.639,8	18.883,2	6.949,9
	2016/17	6.617,3	97.842,8	953,6	105.413,7	57.330,5	30.836,7	17.246,5
	2017/18	13.287,7	90.409,2	400,0	104.096,9	62.500,0	31.000,0	10.596,9
	2018/19	15.787,7	90.484,3	400,0	106.672,0	62.500,0	31.000,0	13.172,0
Soja em grãos	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	743,9
	2013/14	743,9	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.581,9	1.482,1
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	46.100,0	68.154,6	1.602,8
	2017/18	670,3	118.238,6	400,0	119.308,9	43.500,0	75.000,0	808,9
	2018/19	670,3	119.266,7	400,0	120.337,0	43.500,0	76.000,0	836,9
Farelo de Soja	2012/13	867,6	27.258,0	3,9	28.129,5	14.350,0	13.333,5	446,0
	2013/14	446,0	28.336,0	1,0	28.783,0	14.799,3	13.716,3	267,4
	2014/15	267,4	30.492,0	1,1	30.760,5	15.100,0	14.826,7	833,8
	2015/16	833,8	30.954,0	0,8	31.788,6	15.500,0	14.443,8	1.844,8
	2016/17	1.844,8	32.186,0	1,0	34.031,8	17.000,0	14.177,1	2.854,7
	2017/18	911,3	31.185,0	2,0	32.098,3	17.000,0	14.000,0	1.098,3
	2018/19	911,3	31.185,0	2,0	32.098,3	17.000,0	14.000,0	1.098,3
Óleo de soja	2012/13	650,5	6.903,0	5,0	7.558,5	5.556,3	1.362,5	639,7
	2013/14	639,7	7.176,0	0,1	7.815,8	5.930,8	1.305,1	579,9
	2014/15	579,9	7.722,0	25,3	8.327,2	6.359,2	1.669,9	298,1
	2015/16	298,1	7.839,0	66,1	8.203,2	6.380,0	1.254,2	569,0
	2016/17	569,0	8.151,0	40,0	8.760,0	6.800,0	1.342,5	617,5
	2017/18	218,1	7897,5	41,0	8156,6	6700,0	1100,0	356,6
	2018/19	218,1	7897,5	41,0	8156,6	6700,0	1100,0	356,6
Trigo	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	7.088,5	14.624,6	11.517,7	576,8	2.530,1
	2017	2.530,1	4.263,5	6.200,0	12.993,6	11.287,4	210,0	1.496,2
	2018	1.985,6	5.531,8	6.300,0	13.817,4	11.005,5	300,0	2.511,9

Fonte: CONAB – 2º levantamento, novembro 2018. (Disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br))

Notas: Estimativa em agosto 2018/ Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de Dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho.

**PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2019**  
**(Mil toneladas e mil hectares)**

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.514	9.323	19.586	5.250	10.819	3.279	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	119.281	35.149	3.394	32.306	9.519	19.170	5.465	11.786	3.387	9.600	2.672	5.545	1.508
2018/2019	119.267	36.125	3.302	32.333	9.757	18.909	5.492	11.578	3.505	9.528	2.819	5.480	1.554

Fonte: CONAB – 2º levantamento, novembro 2018. (Disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br))

Nota: Estimativa em novembro/2018.

**TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2004-2017**

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Mundo</b>	<b>5,40</b>	<b>4,90</b>	<b>5,40</b>	<b>5,60</b>	<b>3,00</b>	<b>-0,10</b>	<b>5,40</b>	<b>4,30</b>	<b>3,50</b>	<b>3,50</b>	<b>3,60</b>	<b>3,50</b>	<b>3,20</b>	<b>3,80</b>
África do Sul	4,60	5,30	5,60	5,40	3,20	-1,50	3,00	3,30	2,20	2,50	1,80	1,30	0,60	1,30
Alemanha	0,70	0,90	3,90	3,40	0,80	-5,60	3,90	3,70	0,70	0,60	1,90	1,50	1,90	2,50
Argentina	9,00	8,90	8,00	9,00	4,10	-5,90	10,10	6,00	-1,00	2,40	-2,50	2,70	-1,80	2,90
Bolívia	4,20	4,40	4,80	4,60	6,10	3,40	4,10	5,20	5,10	6,80	5,50	4,90	4,30	4,20
<b>Brasil</b>	<b>5,80</b>	<b>3,20</b>	<b>4,00</b>	<b>6,10</b>	<b>5,10</b>	<b>-0,10</b>	<b>7,50</b>	<b>4,00</b>	<b>1,90</b>	<b>3,00</b>	<b>0,50</b>	<b>-3,50</b>	<b>-3,50</b>	<b>1,10</b>
Canadá	3,10	3,20	2,60	2,10	1,00	-2,90	3,10	3,10	1,70	2,50	2,90	1,00	1,40	3,00
Chile	7,20	5,70	6,30	4,90	3,60	-1,60	5,80	6,10	5,30	4,10	1,80	2,30	1,30	1,50
China	10,10	11,30	12,70	14,20	9,60	9,20	10,60	9,50	7,90	7,80	7,30	6,90	6,70	6,90
Colômbia	5,30	4,70	6,70	6,90	3,50	1,70	4,00	6,60	4,00	4,90	4,40	3,10	2,00	1,80
Coréia do Sul	4,9	3,92	5,18	5,46	2,83	0,71	6,5	3,68	2,29	2,9	3,34	2,79	2,83	3,10
Equador	8,20	5,30	4,40	2,20	6,40	0,60	3,50	7,90	5,60	4,90	4,00	0,20	-1,50	2,70
Estados Unidos	3,80	3,30	2,70	1,80	-0,30	-2,80	2,50	1,60	2,20	1,70	2,60	2,90	1,50	2,40
França	2,80	1,60	2,40	2,40	0,20	-2,90	2,00	2,10	0,20	0,60	0,90	1,10	1,20	2,30
Índia	7,80	9,30	9,30	9,80	3,90	8,50	10,30	6,60	5,50	6,40	7,50	8,00	7,10	6,70
Indonésia	5,00	5,70	5,50	6,30	7,40	4,70	6,40	6,20	6,00	5,60	5,00	4,90	5,00	5,10
Itália	1,60	0,90	2,00	1,50	-1,10	-5,50	1,70	0,60	-2,80	-1,70	0,10	0,80	0,90	1,50
Japão	2,20	1,70	1,40	1,70	-1,10	-5,40	4,20	-0,10	1,50	2,00	0,40	1,40	0,90	1,70
México	3,90	2,30	4,50	2,30	1,10	-5,30	5,10	3,70	3,60	1,40	2,80	3,30	2,90	2,00
Paraguai	4,10	2,10	4,80	5,40	6,40	-4,00	13,10	4,30	-1,20	14,00	4,70	3,00	4,00	4,30
Peru	9,60	9,00	7,10	5,00	0,80	-4,70	8,50	11,10	4,80	8,50	5,20	6,10	3,20	7,00
Reino Unido	2,50	3,00	2,50	2,60	-0,60	-4,30	1,90	1,50	1,30	1,90	3,10	2,20	1,80	1,70
Rússia	7,20	6,40	8,20	8,50	5,20	-7,80	4,50	5,10	3,70	1,80	0,70	-2,80	-0,20	1,50
Tailândia	6,30	4,20	5,00	5,40	1,70	-0,70	7,50	0,80	7,20	2,70	1,00	3,00	3,30	3,90
Uruguai	4,60	6,80	4,10	6,50	7,20	4,20	7,80	5,20	3,50	4,60	3,20	0,40	1,50	3,10
Venezuela	18,30	10,30	9,90	8,80	5,30	-3,20	-1,50	4,20	5,60	1,30	-3,90	-6,20	-16,50	-14,00

FONTES: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.



**TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2004-2017**

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Mundo</b>	<b>3,80</b>	<b>4,10</b>	<b>4,10</b>	<b>4,30</b>	<b>6,30</b>	<b>2,70</b>	<b>3,70</b>	<b>5,00</b>	<b>4,10</b>	<b>3,70</b>	<b>3,20</b>	<b>2,80</b>	<b>3,00</b>	<b>3,90</b>
África do Sul	1,40	3,40	4,60	7,20	11,00	7,10	4,30	5,00	5,60	5,80	6,10	4,60	6,30	5,30
Alemanha	1,80	1,90	1,80	2,30	2,80	0,20	1,10	2,50	2,10	1,60	0,80	0,10	0,40	1,70
Argentina	4,40	9,60	10,90	8,80	8,60	6,30	10,50	9,80	10,00	10,60	0,80	0,10	0,40	25,70
Bolívia	4,40	5,40	4,30	6,70	14,00	3,30	2,50	9,90	4,50	5,70	5,80	4,10	3,60	2,80
<b>Brasil</b>	<b>6,60</b>	<b>6,90</b>	<b>4,20</b>	<b>3,60</b>	<b>5,70</b>	<b>4,90</b>	<b>5,00</b>	<b>6,60</b>	<b>5,40</b>	<b>6,20</b>	<b>6,30</b>	<b>9,00</b>	<b>8,70</b>	<b>3,40</b>
Canadá	1,80	2,20	2,00	2,10	2,40	0,30	1,80	2,90	1,50	0,90	1,90	1,10	1,40	1,60
Chile	1,10	3,10	3,40	4,40	8,70	1,50	1,40	3,30	3,00	1,90	4,40	4,30	3,80	2,20
China	3,90	1,80	1,50	4,80	5,90	-0,70	3,30	5,40	2,60	2,60	2,00	1,40	2,00	1,50
Colômbia	5,90	5,10	4,30	5,50	7,00	4,20	2,30	3,40	3,20	2,00	2,90	5,00	7,50	4,30
Coréia do Sul	2,75	2,24	2,53	4,67	2,76	2,94	4,03	2,19	1,3	1,27	0,71	0,97	2,75	...
Equador	2,70	2,20	3,30	2,30	8,40	5,20	3,60	4,50	5,10	2,70	3,60	4,00	1,70	0,40
Estados Unidos	2,70	3,40	3,20	2,90	3,80	-0,30	1,60	3,10	2,10	1,50	1,60	0,10	1,30	2,10
França	2,30	1,90	1,90	1,60	3,20	0,10	1,70	2,30	2,20	1,00	0,60	0,10	0,30	1,00
Índia	3,80	4,40	6,70	6,20	9,10	10,60	9,50	9,50	10,00	9,40	5,80	4,90	4,50	3,30
Indonésia	6,10	10,50	13,10	6,70	9,80	5,00	5,10	5,30	4,00	6,40	6,40	6,40	3,50	3,80
Itália	2,30	2,20	2,20	2,00	3,50	0,80	1,60	2,90	3,30	1,20	0,20	0,10	-0,10	1,20
Japão	0,00	-0,30	0,30	0,10	1,40	-1,30	-0,70	-0,30	-0,10	0,30	2,80	0,80	-0,10	0,50
México	4,70	4,00	3,60	4,00	5,10	5,30	4,20	3,40	4,10	3,80	4,00	2,70	2,80	6,00
Paraguai	4,30	6,80	9,60	8,10	10,20	2,60	4,70	8,30	3,70	2,70	5,00	3,10	4,10	3,60
Peru	3,70	1,60	2,00	1,80	5,80	2,90	1,50	3,40	3,70	2,80	3,20	3,50	3,60	2,80
Reino Unido	1,30	2,10	2,30	2,30	3,60	2,20	3,30	4,50	2,80	2,60	1,50	0,00	0,70	2,60
Rússia	10,90	12,70	9,70	9,00	14,10	11,70	6,90	8,40	5,10	6,80	7,80	15,50	7,00	3,70
Tailândia	2,80	4,50	4,70	2,20	5,50	-0,80	3,30	3,80	3,00	2,20	1,90	-0,90	0,20	0,70
Uruguai	9,20	4,70	6,40	8,10	7,90	7,10	6,70	8,10	8,10	8,60	8,90	8,70	9,60	6,20
Venezuela	21,70	16,00	13,70	18,70	31,40	26,00	28,20	26,10	21,10	43,50	57,30	111,80	254,40	1087,50

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

# Equipe Técnica



**Carlos Ilton Cleto**

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



**Gilmar Mendes Lourenço**

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



**Rafael Polay Alcântara**

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.